



Situação Social nos Estados

Ceará



Situação Social nos Estados

Ceará

ipea
Brasília, 2012

Governo Federal

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República**
Ministro Wellington Moreira Franco

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Geová Parente Farias

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, Substituto

Marcos Antonio Macedo Cintra

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Vanessa Petrelli Corrêa

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Francisco de Assis Costa

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Fabio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Daniel Castro

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

SITUAÇÃO SOCIAL NOS ESTADOS

Coordenação

Jorge Abrahão de Castro
Herton Ellery Araújo
Ana Luiza Machado de Codes

Apoio técnico

Cristiane Ala Diniz
Janaína Carvalho dos Santos
Lana Torres Barreto
Thaysa Guimarães Souza

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
INDICADORES SOCIAIS NOS ESTADOS BRASILEIROS: O CASO DO CEARÁ	7
DEMOGRAFIA	9
PREVIDÊNCIA.....	12
RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE.....	14
SAÚDE.....	20
SEGURIDADE	21
TRABALHO E RENDA DO TRABALHO	23
EDUCAÇÃO.....	26
SANEAMENTO E HABITAÇÃO	29
CULTURA.....	34
OUTRAS PERSPECTIVAS	37
ANEXOS	38
ANEXO 1.....	38
ANEXO 2.....	51

APRESENTAÇÃO

A iniciativa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea de publicar esta série – *Situação Social nos Estados* – busca suprir uma lacuna e complementar as tradicionais séries de análises desenvolvidas pela instituição na área social. Contribui-se, dessa forma, para o cumprimento da missão de produzir e disseminar conhecimento a fim de melhorar as políticas públicas tanto no aspecto nacional como também nas esferas mais descentralizadas do país.

Para tanto, esta publicação apresenta e analisa brevemente alguns temas sociais selecionados, utilizando um conjunto de dados e informações para entender a evolução e o quadro atual da situação social vivida pela sociedade brasileira, em cada um dos estados brasileiros e no Distrito Federal.

Os temas foram selecionados por área de interesse das políticas sociais: demografia, previdência social, pobreza e desigualdade, saúde, seguridade, trabalho e renda, educação, saneamento e habitação, cultura e desenvolvimento agrário.

Para dar conta do tipo de abordagem proposta, a fonte de informação mais completa, em termos de abrangência territorial e periodicidade, é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE). Entretanto, quando a PNAD não foi suficiente, utilizaram-se também outras fontes de dados. Além disso, restringiu-se o período de análise a 2001-2009.

O presente documento trata do estado do Ceará como parte específica da série. Para cada estado, é possível comparar a situação no estado à média da região a que pertence e à média nacional. Por outro lado, há também a possibilidade de análise intraestadual, na qual o indicador médio do estado é confrontado com suas situações urbana e rural.

As diferentes seções apresentadas servem ao propósito de conferir tratamento múltiplo aos temas. Primeiro, apresenta-se análise dos principais indicadores selecionados para cada tema proposto. Em seguida, o anexo 1 oferece uma série de 34 indicadores para que o leitor faça suas próprias análises. Por último, o anexo 2 apresenta glossário de indicadores e suas respectivas metodologias de construção.

Os Editores

INDICADORES SOCIAIS NOS ESTADOS BRASILEIROS: O CASO DO CEARÁ

Dois eventos, que marcaram o fim dos anos 1980 e o começo dos anos 1990 no Brasil, possibilitaram uma mudança no quadro socioeconômico do país nas últimas duas décadas: a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã, que definiu novos marcos para a abrangência das políticas sociais; e a estabilização monetária obtida com o Plano Real em 1994, que permitiu ao país voltar a planejar políticas públicas com um horizonte mais controlável do ponto de vista econômico.

A primeira década dos anos 2000 já reflete os impactos decorrentes daqueles eventos. O objetivo desta série de publicações é mostrar, por meio de alguns indicadores selecionados, as mudanças sociais que são fruto do desempenho econômico do Brasil e também das escolhas políticas feitas nesse período.

Os indicadores foram selecionados por área de atuação das políticas sociais: demografia, previdência social, pobreza e desigualdade, saúde, seguridade, trabalho e renda, educação, saneamento e habitação, cultura e desenvolvimento agrário.

Para abordar essas áreas, a fonte de informação mais completa, em termos de abrangência territorial e periodicidade, é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE).¹ Entretanto, a PNAD não foi suficiente para tudo, sendo então utilizados os dados da Rede Interagencial de Informações para a Saúde do Ministério da Saúde (Ripsa/MS). Além disso, para simplificar, apresentam-se as fontes de dados de cada indicador no anexo 2. Este volume sobre o Ceará integra uma série de publicações, organizada por estado. Em cada uma delas, o leitor pode comparar a situação do estado

1. Existe uma variabilidade inerente, de ano para ano, aos indicadores advindos da PNAD, por se tratar de uma pesquisa amostral. Mostraremos os indicadores calculados a partir dos microdados de cada ano. Contudo, depreenderemos dali as tendências gerais ao longo do período.

à média da região a que pertence e à média nacional. Por outro lado, há também a possibilidade de uma análise intraestadual, na qual o indicador médio do estado é confrontado com suas situações urbana e rural.

O quadro-síntese a seguir apresenta alguns indicadores, que serviram de base para uma abordagem inicial. Entretanto, o leitor pode fazer uma análise mais completa utilizando o anexo estatístico, que oferece gama maior de indicadores para cada área em questão.

QUADRO 1
Quadro-síntese da situação social – Brasil, Nordeste e Ceará

Áreas de atuação política	Indicadores	Resultados/valores mais recentes		
		Brasil	Nordeste	Ceará
Demografia	Taxa de fecundidade total	1,90	2,12	2,07
	Razão de dependência de idosos (60 ou mais)	15,33	14,76	14,89
Previdência social	Cobertura da população idosa (60 ou mais)	77,37	80,43	81,93
	Esperança de vida aos 60 anos ¹	21,30	20,30	19,90
Pobreza e desigualdade	Extrema pobreza	5,16	10,99	10,92
	Renda domiciliar <i>per capita</i>	631,71	395,48	383,21
	Índice de Gini	54,01	55,68	54,34
Saúde	Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) ²	20,00	28,70	24,40
	Taxa de homicídio masculina (15 a 29 anos) ³	94,30	108,60	83,50
Seguridade	Percentual da renda com transferências	20,74	26,77	26,16
Trabalho e renda	Desemprego	8,16	8,90	6,83
	Rendimento médio do trabalho (salário)	1.116,39	743,56	684,15
Educação	Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais)	9,70	18,70	18,56
	Número médio de anos de estudos (15 anos ou mais)	7,55	6,34	6,53
Saneamento e habitação	Abastecimento adequado de água	87,72	78,12	80,86
	Acesso à energia elétrica	98,82	97,47	98,83
Cultura	Telefone celular no domicílio	81,05	69,66	76,85
	Internet no domicílio	28,14	14,30	12,52

(Continua)

(Continuação)

Áreas de atuação política	Indicadores	Resultados/valores mais recentes		
		Brasil	Nordeste	Ceará
Desenvolvimento agrário	Cobertura da população idosa (rural)	86,49	89,03	93,74
	Extrema pobreza (rural)	12,64	20,44	20,98
	Renda domiciliar <i>per capita</i> (rural)	314,25	208,52	199,47
	Índice de Gini (rural)	49,02	46,32	44,06
	Rendimento médio do trabalho (salário) (rural)	625,45	388,32	313,14
	Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais) (rural)	22,77	32,62	32,01
	Acesso à energia elétrica (rural)	93,29	91,42	95,64
	Telefone celular no domicílio (rural)	54,49	42,07	54,38
	Internet no domicílio (rural)	4,25	1,25	1,03

Fontes: PNAD 2009/IBGE e Ripsa/MS.

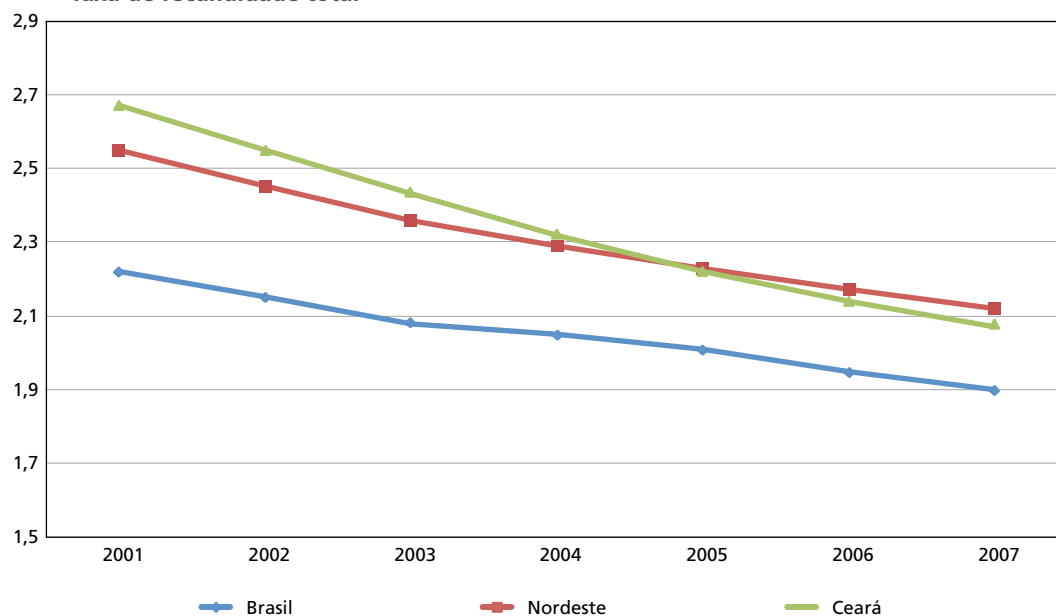
Notas:¹ Os valores da esperança de vida aos 60 anos apresentados representam 2008.² Os valores da taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) apresentados representam 2007.³ Os valores da taxa de homicídio masculina (15 a 29 anos) apresentados representam 2007.

DEMOGRAFIA

Ceará, estado pertencente à região Nordeste do Brasil, possui cerca de 8,6 milhões de habitantes, o que representa 4,5% da população brasileira e 15,9% da nordestina. Mais de 22% da população cearense vive nas zonas rurais de seus municípios. Esse percentual é menor do que o da região Nordeste (27,3%) e superior à média nacional (15,6%).

A fecundidade no Ceará apresentou uma trajetória de queda mais acentuada do que a nordestina e a nacional. O Brasil já apresenta uma taxa de fecundidade (1,90) abaixo da de reposição (2,10), o que significa que nossa população começará a decrescer daqui a cerca de 30 anos. No caso do Ceará (2,07), embora em menor intensidade, também encontramos uma fecundidade abaixo daquele nível. No Nordeste (2,12), no entanto, essa taxa ainda está um pouco acima desse patamar.

GRÁFICO 1
Taxa de fecundidade total



A razão de dependência de idosos no Ceará supera os indicadores do Brasil e do Nordeste por toda a década, com exceção de 2009, quando apresenta uma queda forte na área rural e mantém estabilidade na área urbana. Naquela, o indicador é maior do que nesta, mostrando o efeito da migração rural-urbana que ainda persiste como fenômeno social.

GRÁFICO 2
Razão de dependência demográfica – idosos

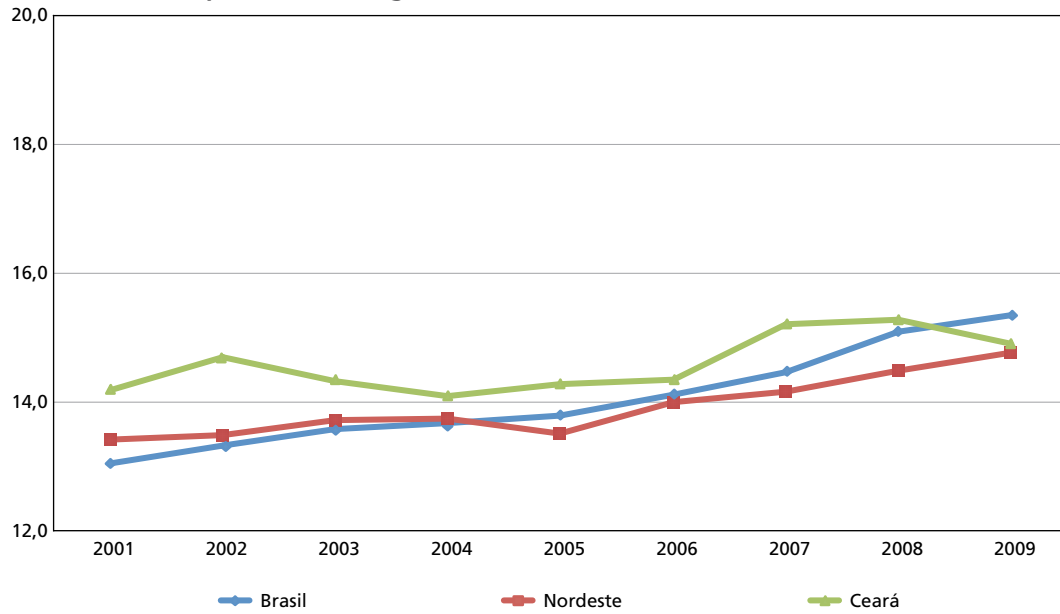
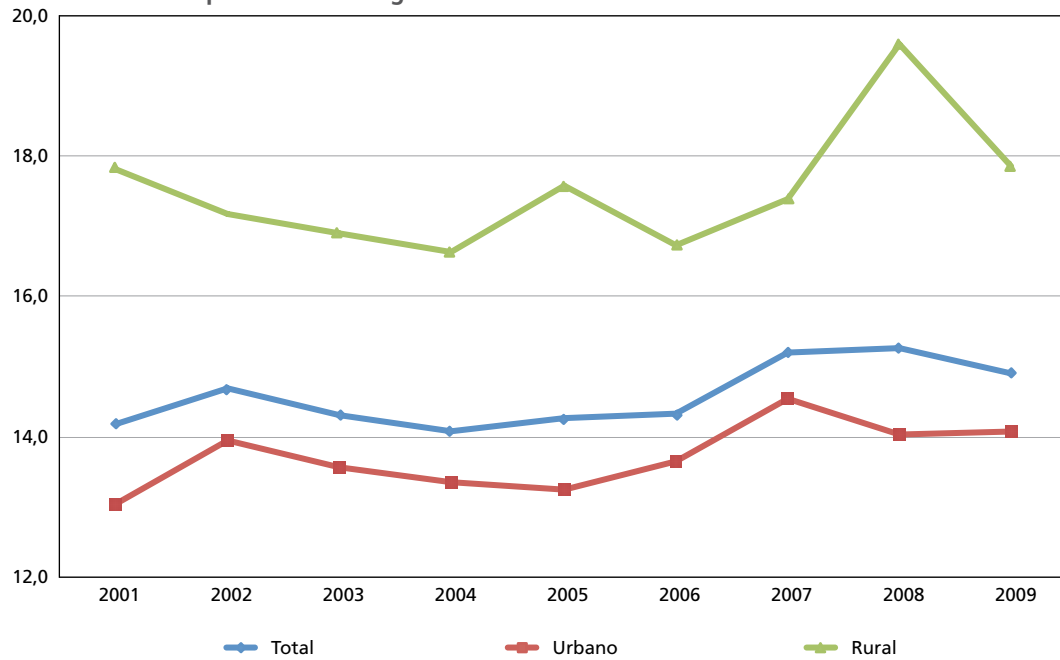


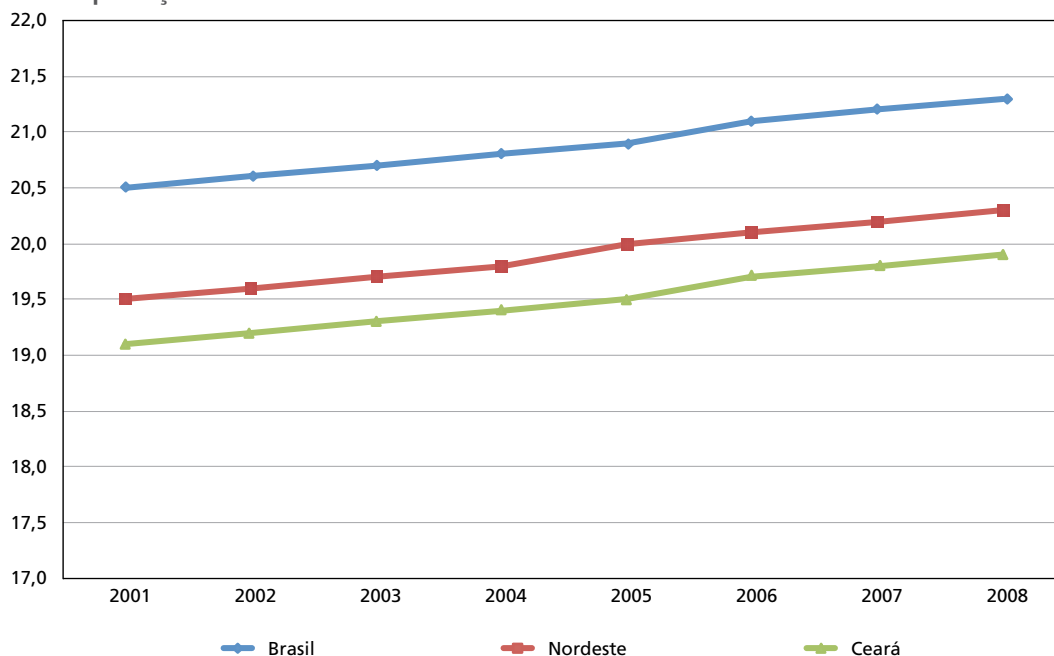
GRÁFICO 3
Razão de dependência demográfica – idosos – Ceará



PREVIDÊNCIA

Os indicadores de previdência social fornecem uma sinalização de como a população do Ceará vive de maneira mais precária que os demais cidadãos nordestinos e brasileiros. A tomar pela esperança de vida aos 60 anos² – trata-se de uma estimativa de quantos anos mais uma pessoa de 60 anos de idade ainda vai viver –, tem-se que um cearense, em 2001, tinha a expectativa de viver mais 19,1 anos, quando completasse 60 anos de idade. Essa expectativa passou a ser de 19,9 anos, em 2008. Para um brasileiro, essa projeção era de 20,5 anos em 2001 e de 21,3 anos em 2008 e, para um nordestino, de 19,5 e 20,3 anos.

GRÁFICO 4
Esperança de vida aos 60 anos de idade

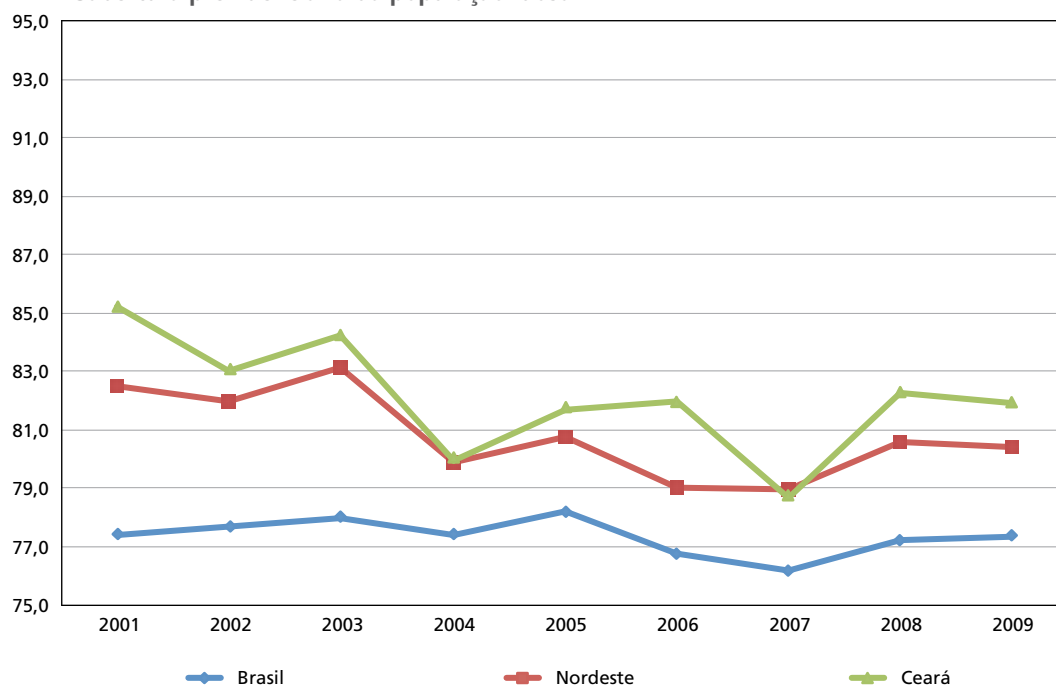


2. Os valores da esperança de vida aos 60 anos representam 2001 a 2008. Ainda não foram calculados os valores para 2009.

Outro indicador utilizado na área da previdência social é a cobertura da população idosa (60 anos ou mais) em relação aos benefícios previdenciários e assistenciais.³ O fato de que esses índices são mais pujantes no Ceará vem confirmar, por um lado, a perspectiva de que a população cearense encontra-se em condição mais vulnerável e, por outro, mostra a abrangência da atuação do Estado na seguridade social. Em 2001, enquanto 77,4% da população idosa do Brasil e 82,5% da nordestina eram cobertas pela previdência social, no Ceará, essa cifra era de 85,3%. Em 2009, esses totais passaram a ser de 77,4%, 80,4% e 81,9%, respectivamente.

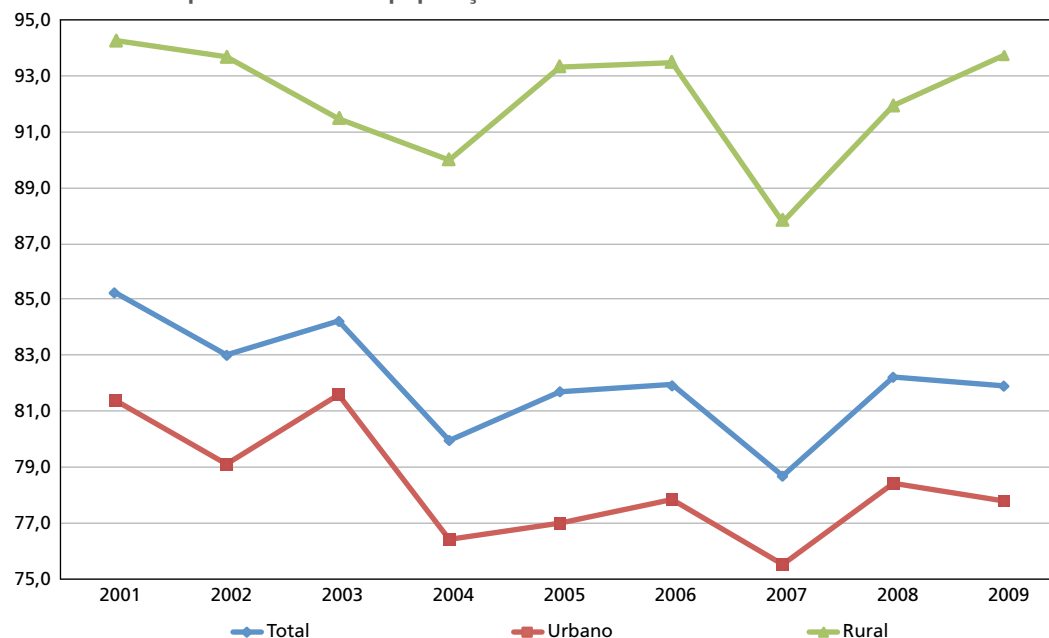
Com relação à população rural do Ceará, os índices são ainda mais eloquentes, sendo a cobertura de 94,3% em 2001, passando a 93,7% em 2009.

GRÁFICO 5
Cobertura previdenciária da população idosa



3. Na PNAD, não é possível distinguir a aposentadoria do Benefício de Prestação Continuada do idoso

GRÁFICO 6
Cobertura previdenciária da população idosa – Ceará



RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE

Para captar o poder aquisitivo da população, utilizamos o indicador da renda domiciliar *per capita*, pois ele contempla todas as fontes de renda que uma família pode possuir, dividido pela quantidade de componentes da família. Expressa, portanto, a parcela da renda que é efetivamente apropriada por cada membro da família para seus gastos.

O Brasil, que apresentava a renda domiciliar *per capita* de R\$ 511,5 em 2001, subiu para R\$ 631,7, em 2009, perfazendo aumento real de 23,5% no período. O indicador do Nordeste passou de R\$ 278,2 para R\$ 395,5 (aumento real de 42,1%). No caso do Ceará, o indicador era de R\$ 283,9, em 2001, elevando-se para R\$ 383,2 em 2009. Esse aumento de 35%, ao longo do período, foi melhor do que o do Brasil, mas ficou aquém da média da região.

No Ceará, as desigualdades de renda média diminuíram um pouco, uma vez que a renda domiciliar *per capita* da zona rural teve crescimento de 59,5%, superior ao

observado na urbana, passando de R\$ 125,0 em 2001 para R\$ 199,5 em 2009. Ainda assim, a discrepância entre as magnitudes desses indicadores rurais e urbanos chama atenção. Por mais que se argumente que a economia das cidades é mais monetizada do que a rural, diferenciais tão acentuados de renda são, no mínimo, desafiadores para as políticas sociais. Em suma, apesar do melhor desempenho, em termos do crescimento de renda observado nos últimos anos, o Ceará ainda apresenta patamares muito inferiores aos nacionais, sendo que, na zona rural, a situação chega a ser mais precária.

GRÁFICO 7
Renda domiciliar *per capita* média
(Em R\$)

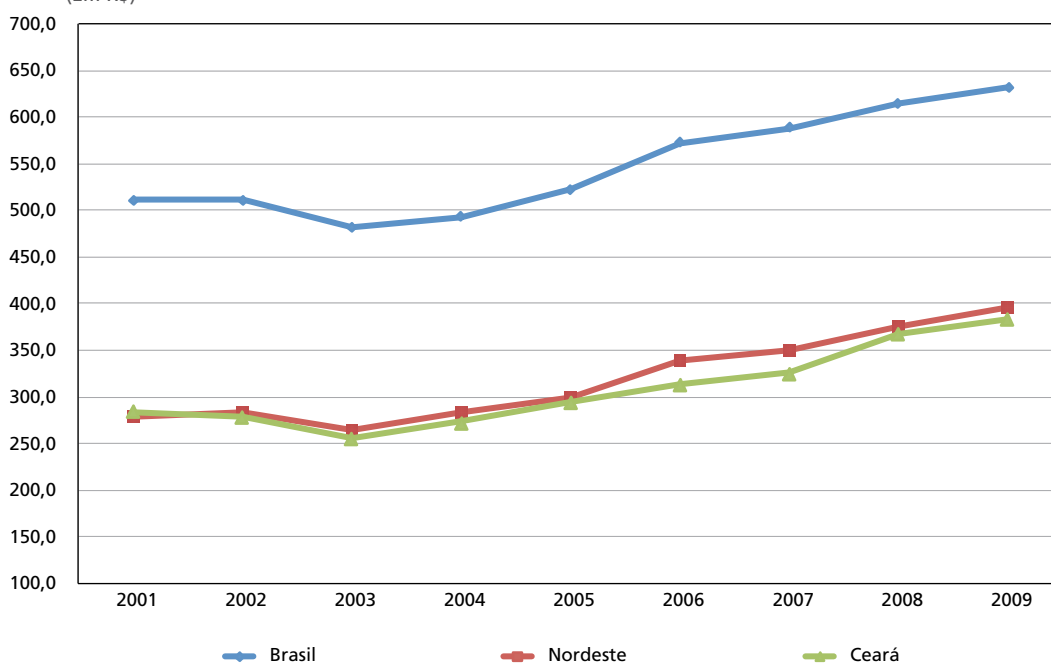
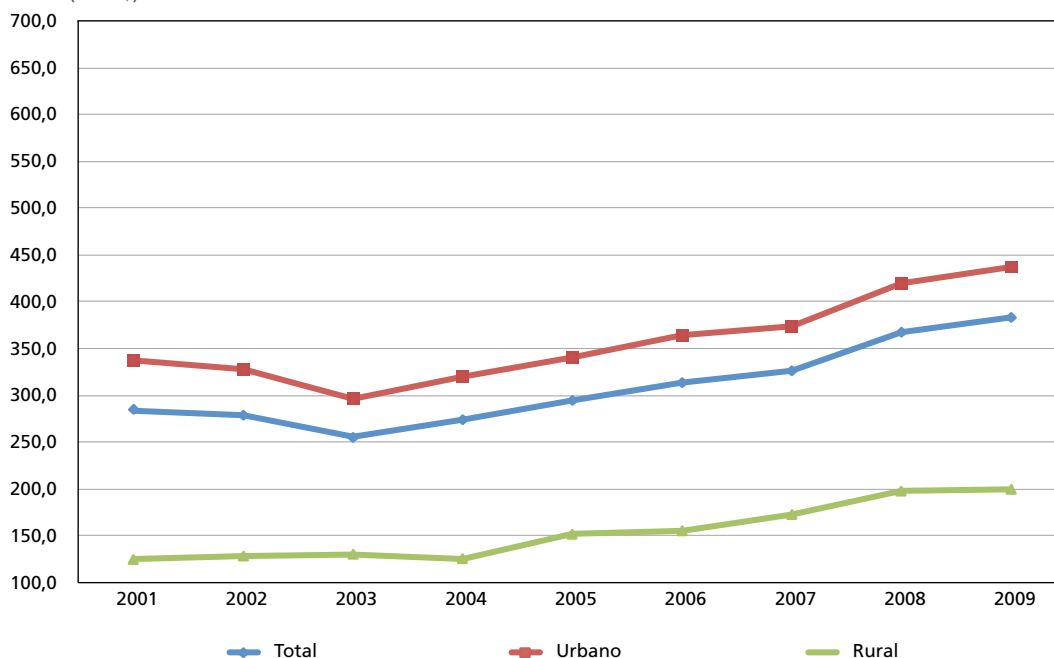


GRÁFICO 8
Renda domiciliar *per capita* média – Ceará
(Em R\$)



Sob o ponto de vista da pobreza extrema – ou seja, daqueles que auferem renda *per capita* inferior a R\$ 67,07, por mês, em setembro de 2009 e para os anos anteriores deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao consumidor (INPC)⁴ –, o Ceará apresenta tendência de queda, com exceção do último ano da série. Em 2001, 22% da população vivia em pobreza extrema, sendo que essa proporção diminuiu para 10,9% em 2009. Comparativamente ao ocorrido na região Nordeste, essa trajetória foi satisfatória. No mesmo período, a pobreza extrema na região passou de 21,7% para 11%. Entretanto, a comparação com o Brasil demonstra ainda uma clara situação de desvantagem. Os índices nacionais são de 10,5% e 5,2% para 2001 e 2009, respectivamente.

Tendo em vista o contexto rural, os indicadores de pobreza extrema apresentados no Ceará (40,6% em 2001 e 21% em 2009) acompanham, em linhas gerais,

4. Em junho de 2011, o governo federal assumiu uma linha oficial, para balizar seu programa de erradicação da extrema pobreza. É esta linha que está sendo considerada neste trabalho.

a tendência observada no resto do estado. Isso pode ser atribuído às transferências governamentais, que contribuem para mitigar a miséria no campo e para minimizar as discrepâncias entre as condições de vida das populações extremamente pobres, nas zonas rurais e urbanas.

GRÁFICO 9
População em situação de extrema pobreza
(Em %)

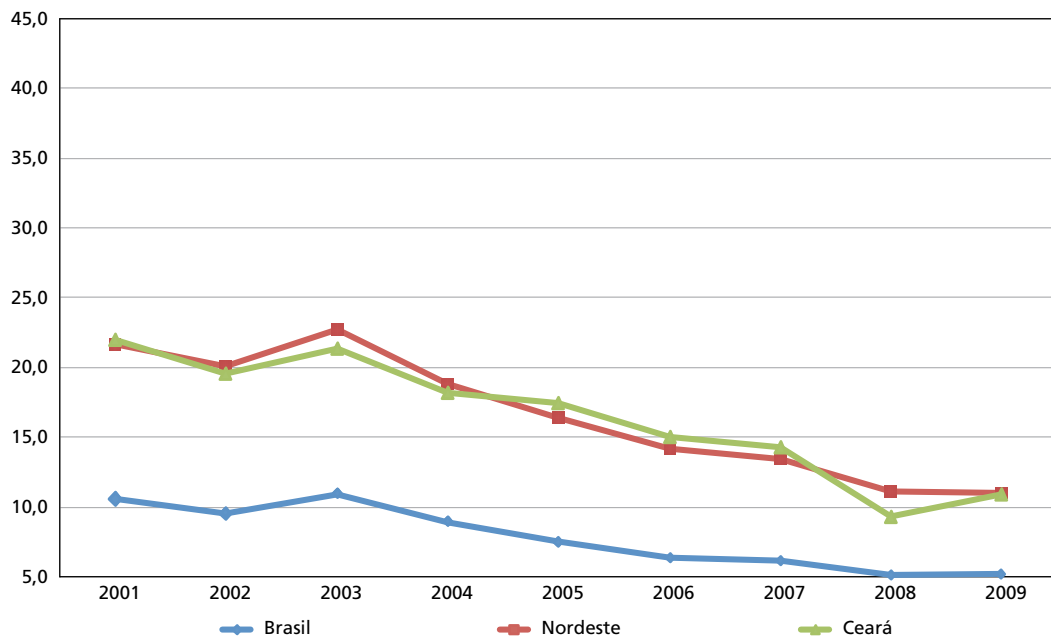
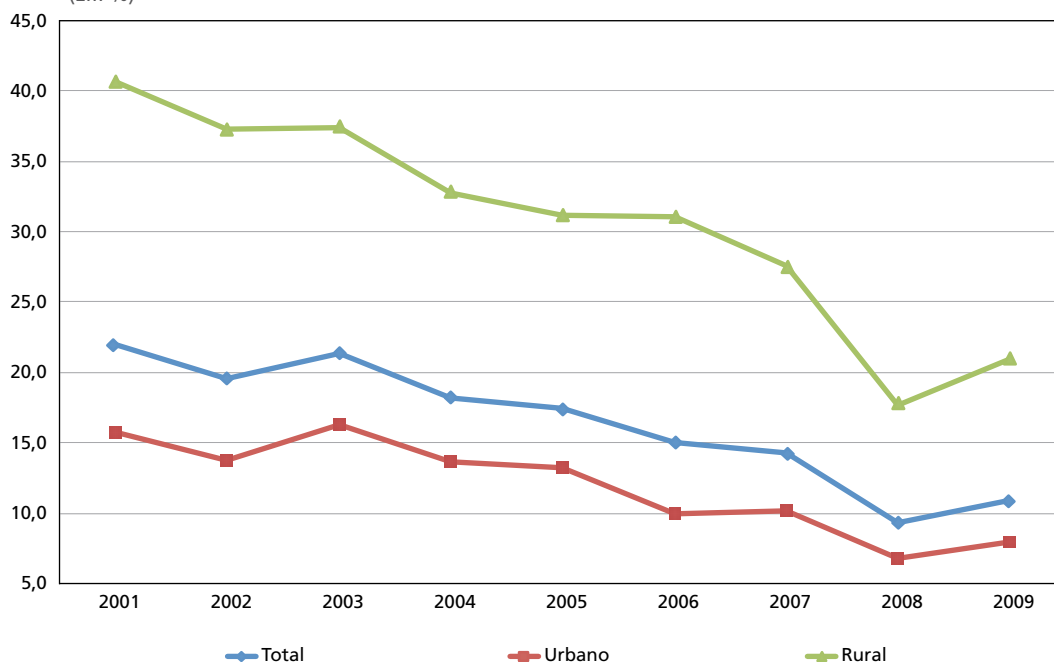


GRÁFICO 10
População em situação de extrema pobreza – Ceará
(Em %)



A propósito da desigualdade de renda, o indicador mais completo para medi-la é o Índice de Gini,⁵ pois leva em consideração os rendimentos por todo o espectro da distribuição. A série histórica desse indicador encontra-se no gráfico a seguir. Como esperado, a desigualdade vem caindo, mas no Ceará aumentou no último ano da série. O Ceará apresentou, na maior parte dos anos, desigualdade menor do que a nordestina. Na área rural, a desigualdade é inferior à urbana.

5. O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini e publicada no documento *Variabilità e mutabilità*, em 1912. É comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, sendo que 0 corresponde à completa igualdade de renda (em que todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (em que uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm). O Índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais (p.p.) – é igual ao coeficiente multiplicado por 100.

GRÁFICO 11
Índice de Gini

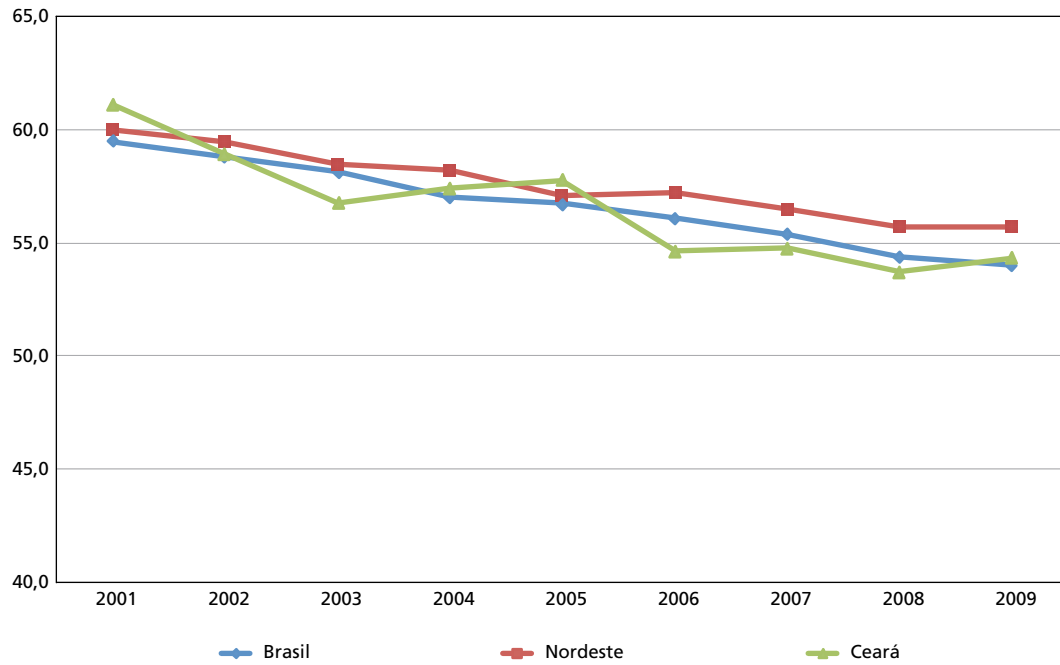
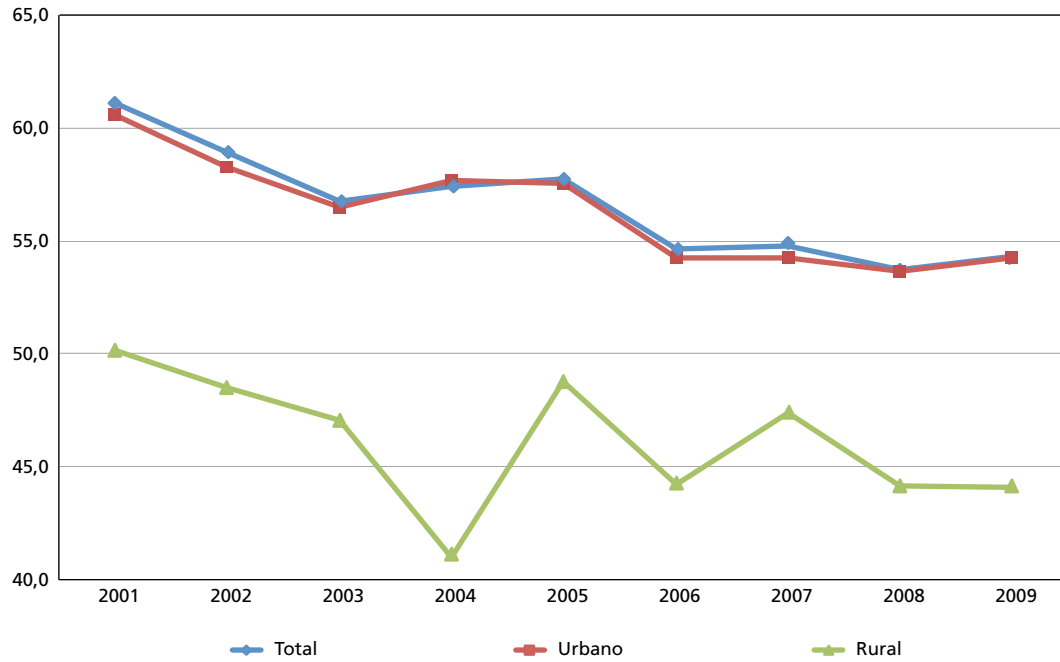


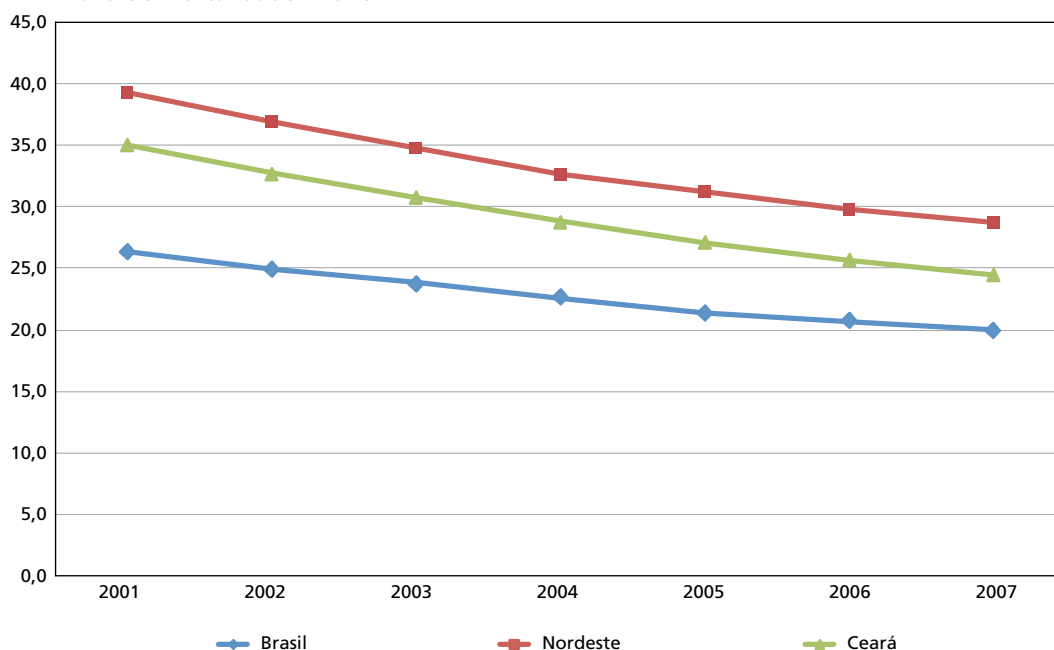
GRÁFICO 12
Índice de Gini – Ceará



SAÚDE

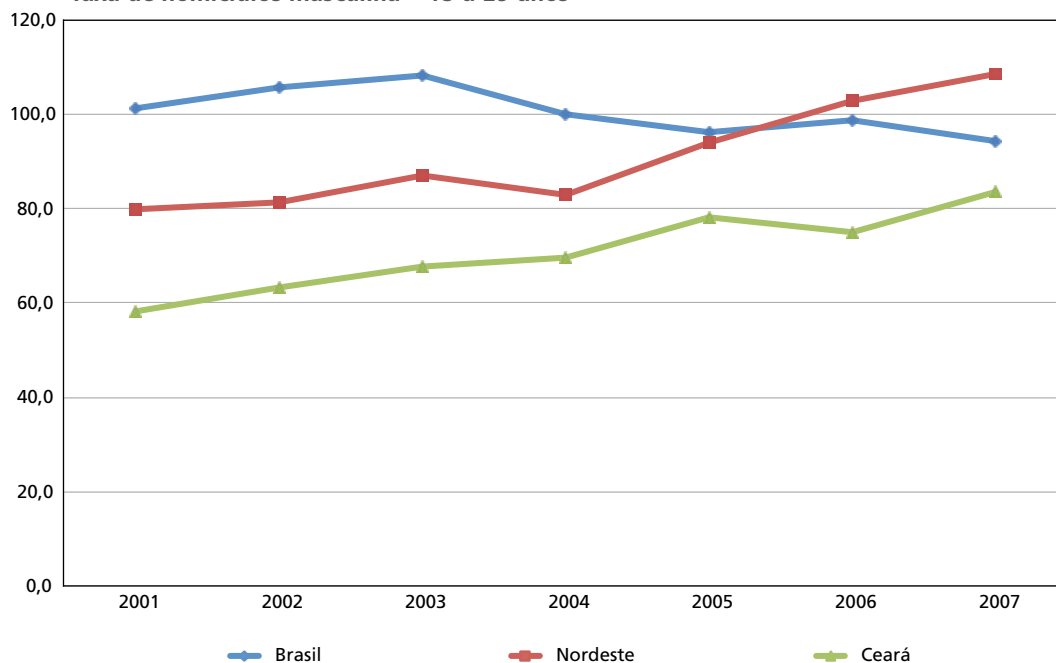
A mortalidade infantil no Ceará tem diminuído. Em 2001, a taxa (mortes infantis por mil nascidos vivos) era de 35, caindo para 24,4 em 2007. Considerando esses valores, o estado encontra-se, por um lado, em situação desfavorável, relativamente ao contexto nacional. No Brasil, os patamares de mortalidade infantil são mais baixos: 26,3, em 2001, e 20, em 2007. Por outro lado, o Ceará apresenta-se em vantagem, comparativamente ao quadro apresentado na região Nordeste, onde as taxas foram de 39,3 e 28,7, em 2001 e 2007, respectivamente.

GRÁFICO 13
Taxa de mortalidade infantil



Outro indicador a ser considerado é a taxa de homicídio masculina (número de mortes por 100 mil habitantes), para a faixa etária de 15 a 29 anos. No caso do Brasil, a taxa caiu de 101,4 em 2001 para 94,3 em 2007. Apesar de demonstrar médias menores que as nacionais, o Ceará vem seguindo tendência oposta: em vez de diminuição, tem-se assistido a um crescimento desses homicídios ao longo dos anos – em 2001, a taxa era de 58,1, subindo para 83,5 em 2007. Esse crescimento pode ser visto como fração do que ocorre no Nordeste, já que os índices regionais apresentam escalada de ascensão – tanto em termos da magnitude dos indicadores como da sua velocidade de crescimento (79,9 e 108,6, em 2001 e 2007, respectivamente).

GRÁFICO 14
Taxa de homicídios masculina – 15 a 29 anos



SEGURIDADE

Em sua atuação para prover seguridade social à população, o governo promove tanto políticas de prestação de serviços quanto de transferências monetárias diretas. Essas transferências compõem uma parcela da renda das famílias, que pode ser mensurada pelo percentual correspondente às aposentadorias e pensões de instituto de previdência ou do governo federal, ao abono de permanência e aos outros programas oficiais – tais como Renda Mínima, Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC-Loas) e outros.⁶

6. As PNADs agrupam, na mesma variável, os programas de transferências governamentais e os ganhos provenientes de aplicações financeiras, como dividendos e juros. Sabemos, no entanto, que estes rendimentos tendem a ser subdeclarados, enquanto as transferências governamentais são mais bem captadas. Consideramos, portanto, que essa variável oferece boa aproximação do que queremos aferir.

No Ceará, a parcela da renda correspondente à seguridade (26,2% em 2009) é superior à do Brasil (20,7% em 2009). Entre os moradores da zona rural, esses percentuais são ainda maiores: 46,3% no Ceará e 29,2% no Brasil. A evolução entre 2001 e 2009 mostra situações semelhantes para o estado e os contextos nacional e regional, uma elevação do indicador. Na área rural, esse indicador é mais elevado, mostrando a importância das políticas sociais na minimização dos diferenciais de renda entre as populações urbanas e rurais.

GRÁFICO 15
Transferências na renda
(Em %)

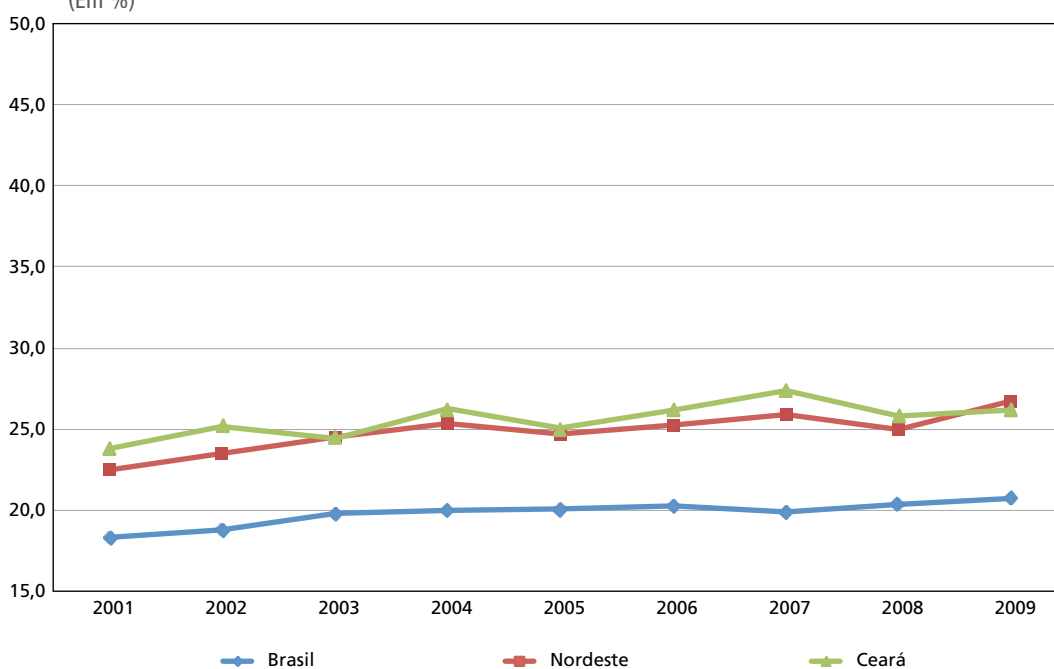
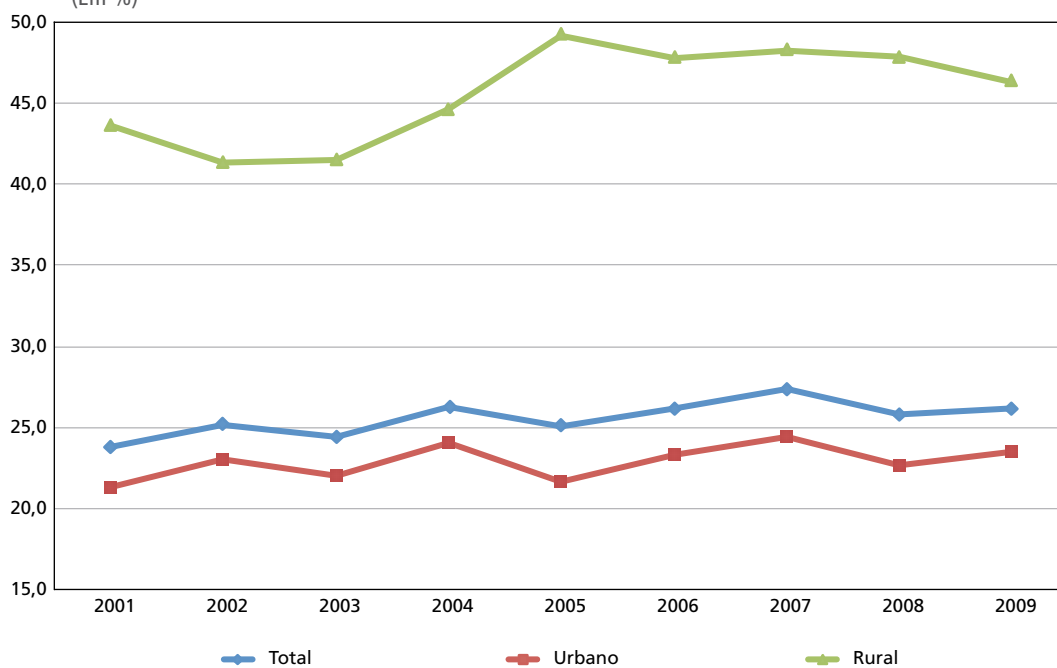


GRÁFICO 16
Transferências na renda – Ceará
(Em %)



TRABALHO E RENDA DO TRABALHO

A taxa de desemprego no Ceará encontra-se em melhor situação do que na região Nordeste e no Brasil. Em 2001, ela era de 7,1%, tendo caído para 6,8% em 2009. No Nordeste, essas taxas foram de 8,9% tanto em 2001 como em 2009; para o Brasil, apresentaram-se as taxas de 9,2% e 8,2%, respectivamente.

GRÁFICO 17
Taxa de desemprego

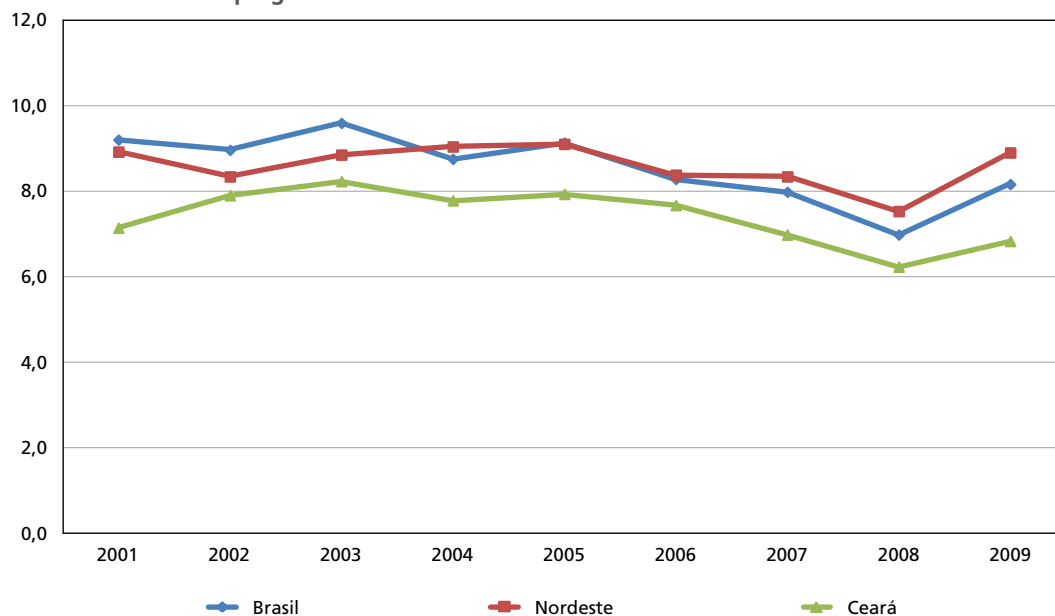
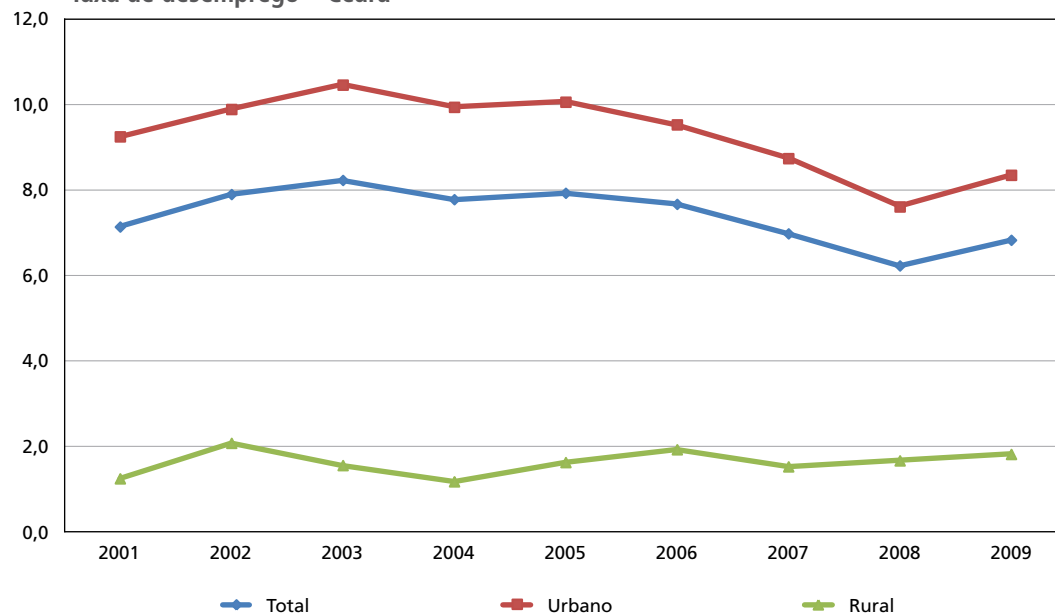
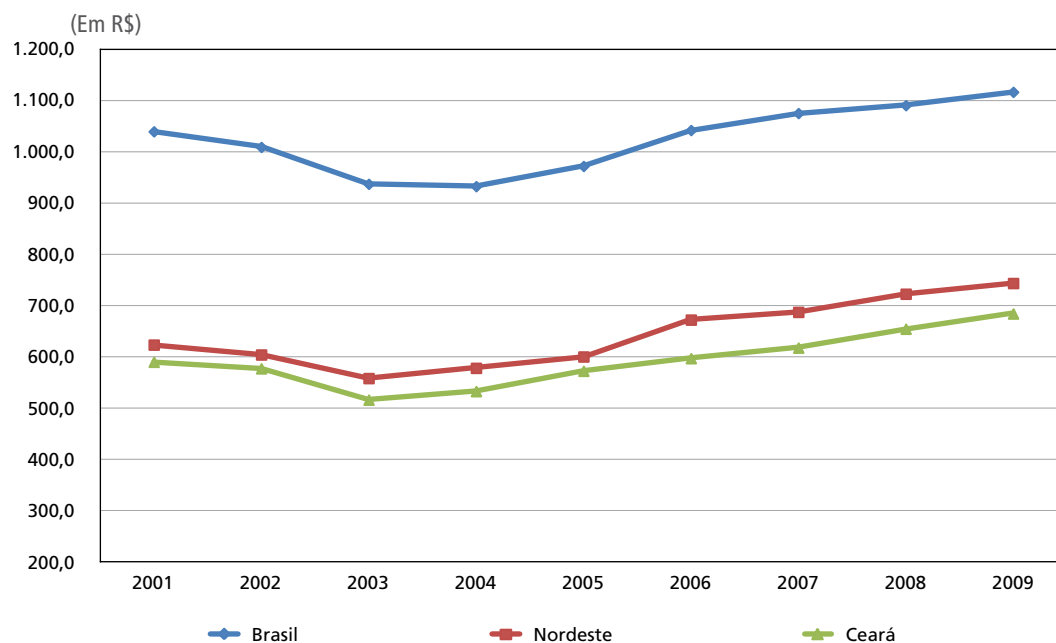


GRÁFICO 18
Taxa de desemprego – Ceará



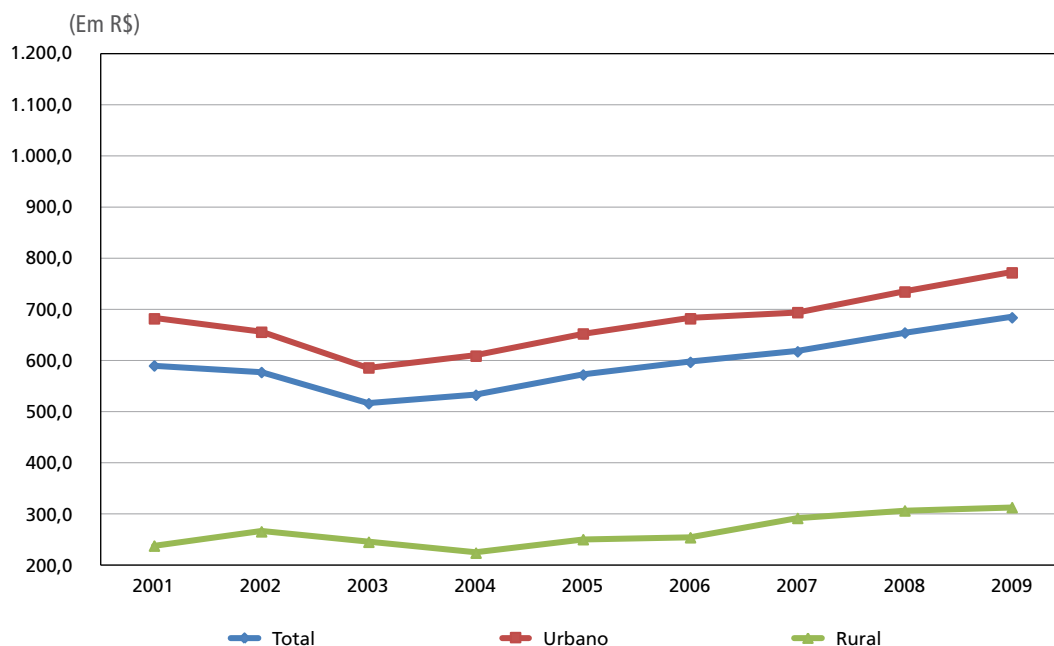
Esse resultado se deve basicamente ao forte desempenho rural do Ceará. Essa característica traz consigo o principal problema a ser enfrentado pelo estado: a baixa qualidade dos postos de trabalho tanto em termos da precariedade das ocupações como da remuneração. Nesses aspectos, o Ceará encontra-se em situação desfavorável relativamente à média nacional e mesmo à nordestina. O rendimento médio do trabalho⁷ no Ceará foi de R\$ 590,0 em 2001 (sendo que, no Brasil, essa média foi de R\$ 1.039,4 e, no Nordeste, de R\$ 623,5) e em 2009 aumentou para R\$ 684,2 (Brasil: R\$ 1.116,3; Nordeste: R\$ 743,6).

GRÁFICO 19
Rendimento médio no trabalho



7. Trata-se do rendimento médio só dos que tiveram renda proveniente do trabalho. Os ocupados com renda zero foram excluídos do cálculo.

GRÁFICO 20
Rendimento médio no trabalho – Ceará



Esse problema se revela ainda mais acentuado, quando se trata da zona rural. No estado, o rendimento do trabalho rural era de R\$ 238,1 em 2001, e de R\$ 313,1 em 2009. Há defasagem de rendimentos não apenas em relação aos trabalhadores urbanos, no próprio Ceará, mas também em relação às médias rurais nacionais (R\$ 488,46 e R\$ 625,45) e nordestinas (R\$ 314,45 e R\$ 388,32) naqueles anos.

EDUCAÇÃO

O Ceará tem escolaridade, medida pela média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais, maior do que a nordestina e menor do que a nacional em todos os anos, de 2001 a 2009. No estado, essas médias são de 5 e 6,5 anos de estudo, enquanto, para a região, elas são de 4,9 e 6,3 anos e para o país, de 6,4 e 7,5 anos, respectivamente. Se considerarmos o crescimento de ponta a ponta no período, nota-se que o Ceará teve desempenho (31,4%) superior ao nacional (18,7%) e ao nordestino (29,1%). Ainda assim, a população rural do Ceará encontrava-se, em 2009, com escolaridade muito baixa: 4,3 anos de estudo.

GRÁFICO 21
Média de anos de estudo

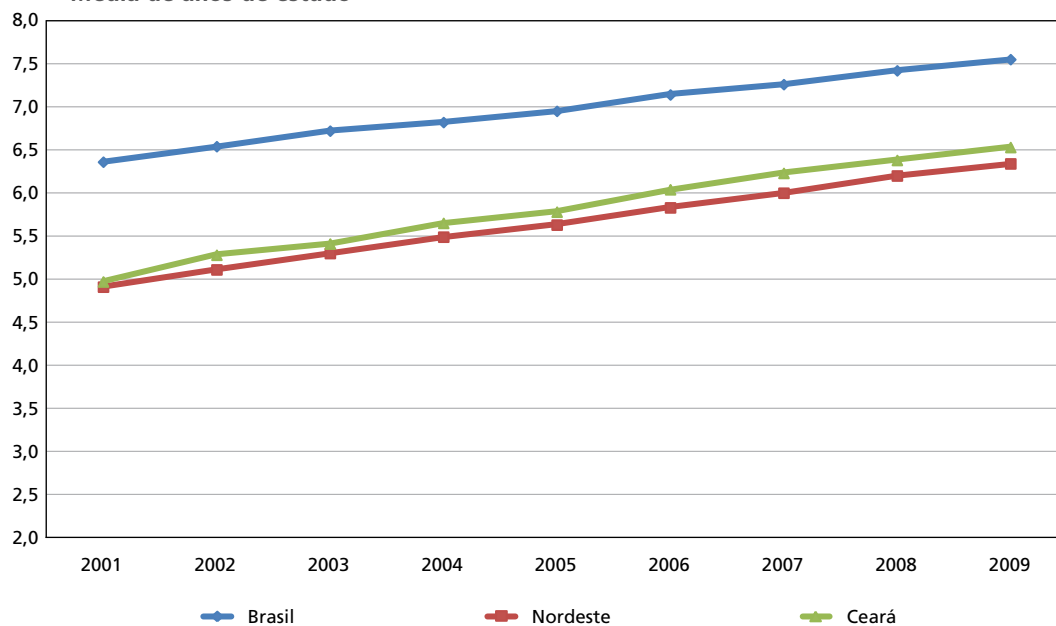
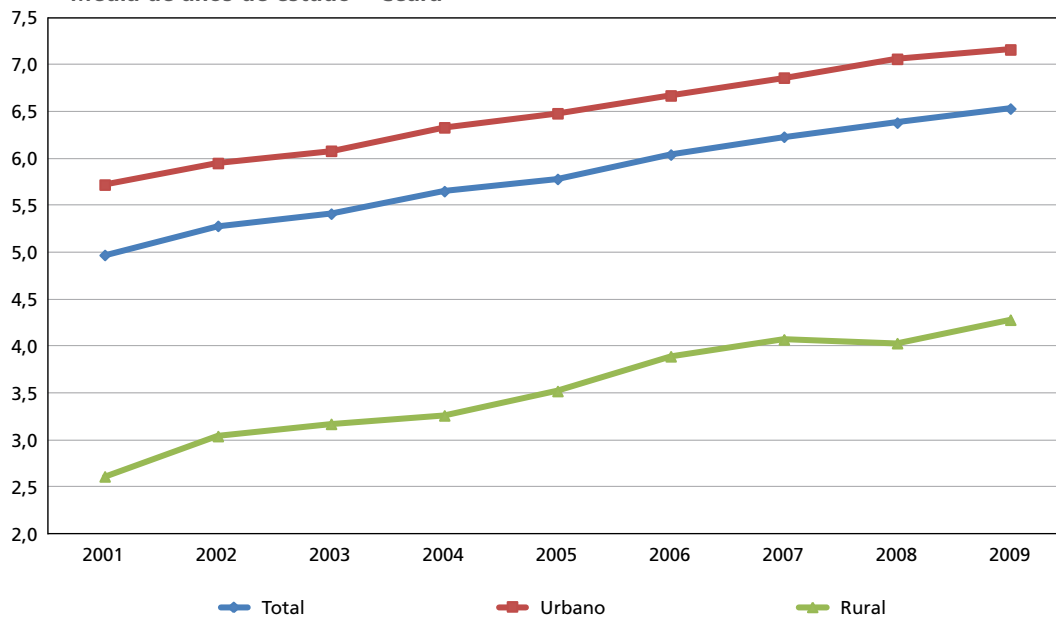


GRÁFICO 22
Média de anos de estudo – Ceará



Observando-se a questão do analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais, o Ceará apresenta padrões similares à média nordestina, mas inferiores à nacional. Em 2001, 24,8% dos cearenses eram analfabetos, contra 24,2% dos nordestinos e 12,4% dos brasileiros. Em 2009, apesar dos avanços, essa situação de desvantagem permaneceu: os analfabetos compunham 18,6% da população do Ceará, enquanto, no Nordeste e no Brasil, eles representavam 18,7% e 9,7% das pessoas, respectivamente.

GRÁFICO 23
Taxa de analfabetismo

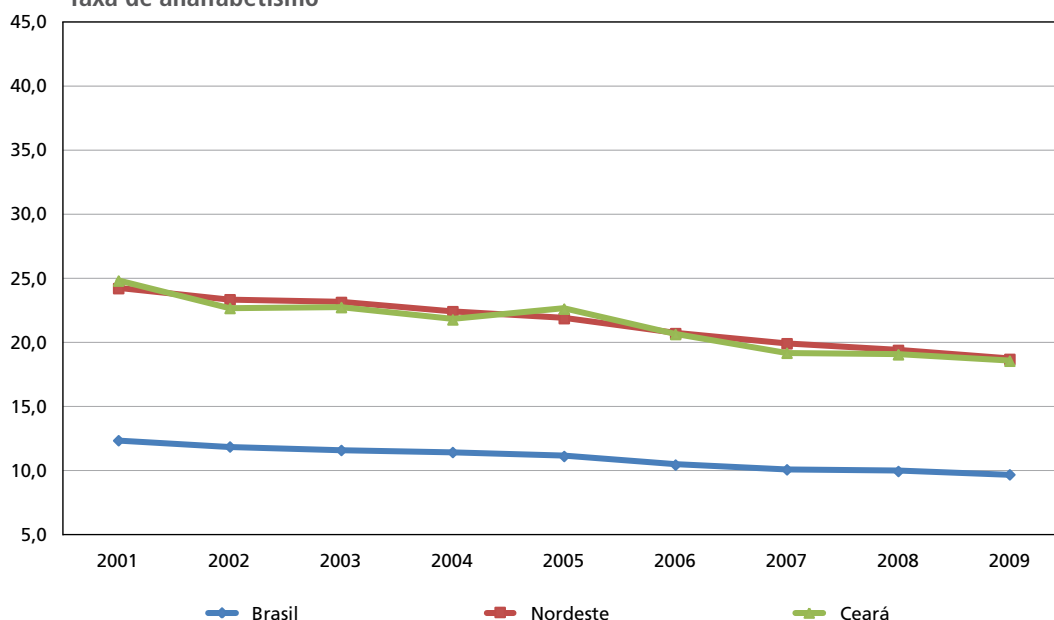
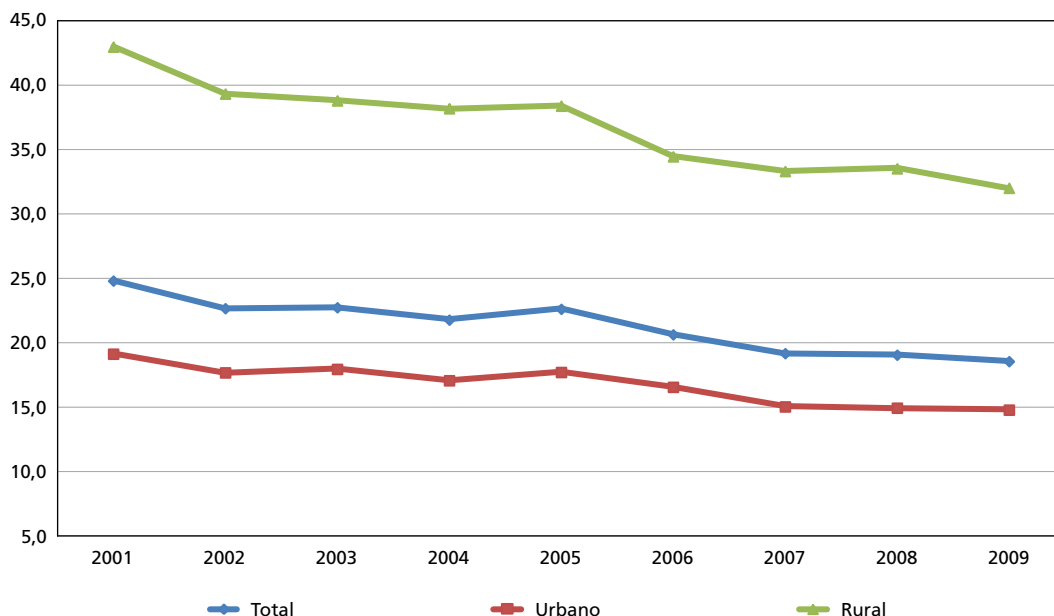


GRÁFICO 24
Taxa de analfabetismo – Ceará



A situação se torna ainda mais séria quando se focalizam os índices referentes às populações rurais do Ceará. Ainda que as tendências de queda tenham sido mais intensas nessas zonas, os patamares continuam alarmantes. A taxa de analfabetismo passou de 43%, em 2001, para 32%, em 2009.

SANEAMENTO E HABITAÇÃO

No Ceará, acessos adequados a abastecimento de água estão aquém da média nacional e muito próximas da nordestina. Além disso, as disparidades entre as áreas rurais e urbanas revelam desigualdades ainda preocupantes.

Durante o período em questão, a água encanada no Brasil aumentou sua cobertura, passando de 81,4%, em 2001, para 87,7%, em 2009. As diferenças regionais, apesar de diminuírem no período, ainda são elevadas e, notadamente no caso do Ceará, cerca de 20% de sua população continuavam sem esse atendimento em 2009. Esse baixo valor médio deve-se basicamente à zona rural, onde o percentual de cobertura era de 53,7% em 2009.

GRÁFICO 25
Abastecimento adequado de água

(Em %)

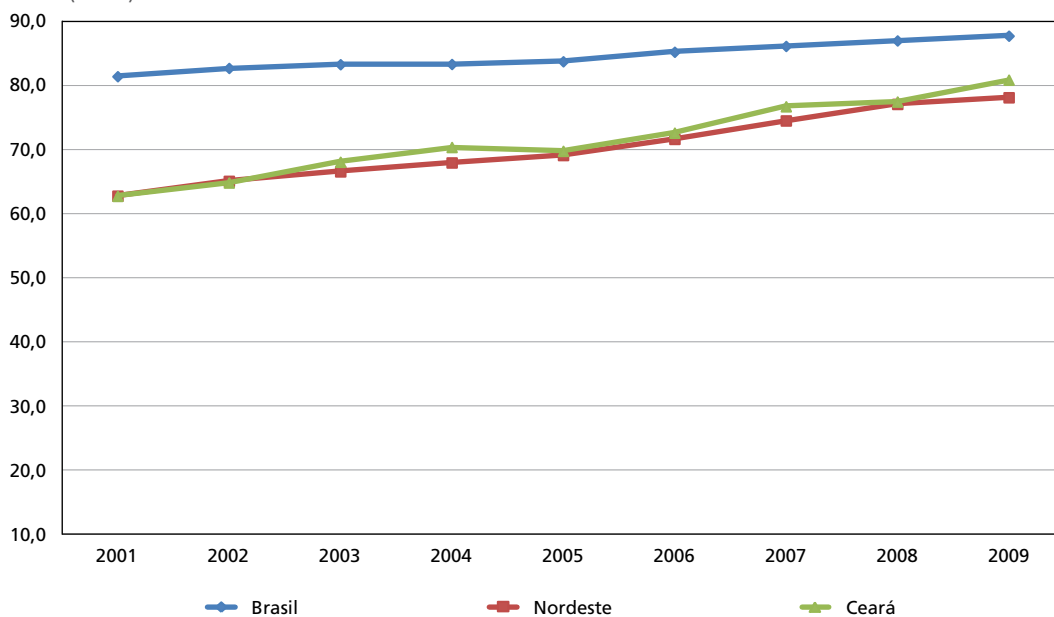
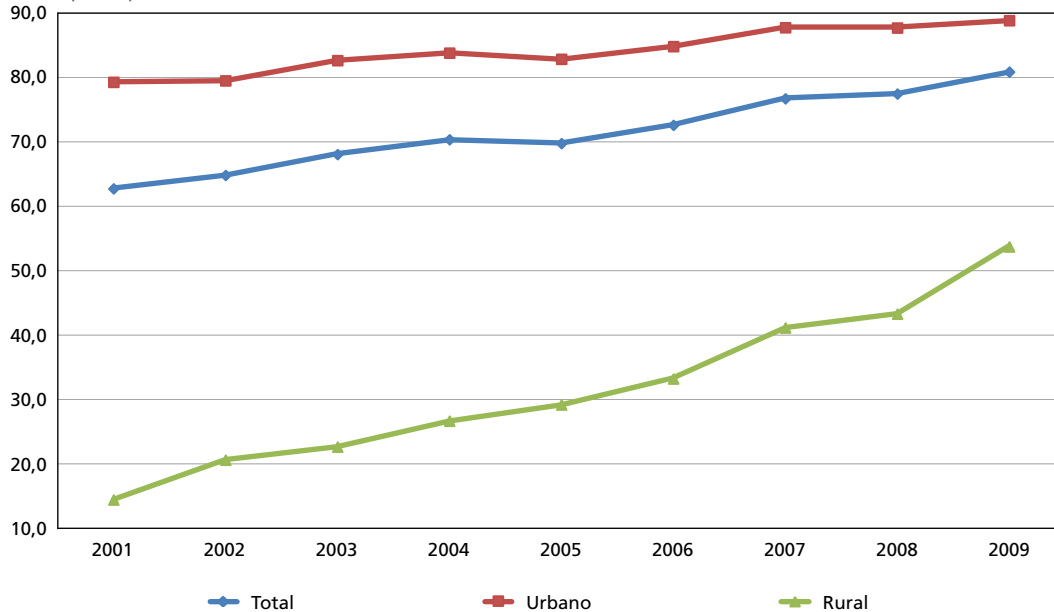


GRÁFICO 26
Abastecimento adequado de água – Ceará

(Em %)



Outro importante indicador de qualidade dos serviços públicos de saneamento é o esgotamento sanitário dos banheiros do domicílio. Em domicílios urbanos, é saudável que se tenha rede coletora, mesmo que depois da fossa séptica. No caso de domicílios rurais, não é necessário que se tenha rede coletora, mas deve-se ter pelo menos fossa séptica para que o esgotamento seja adequado, pois fossa rudimentar é um meio extremamente insalubre de esgotamento.

GRÁFICO 27
Esgotamento sanitário adequado

(Em %)

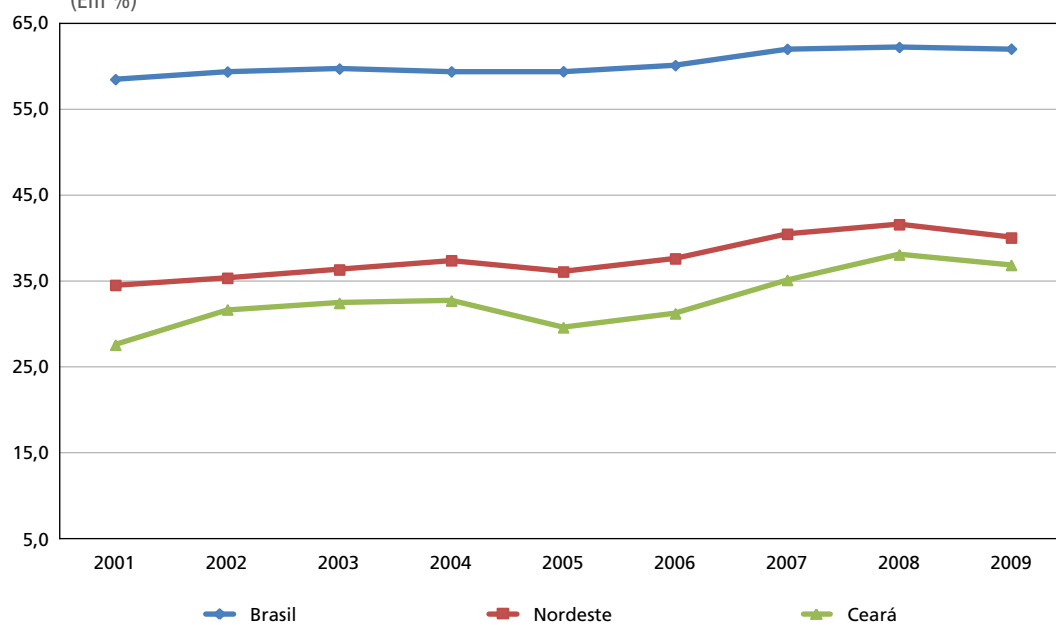
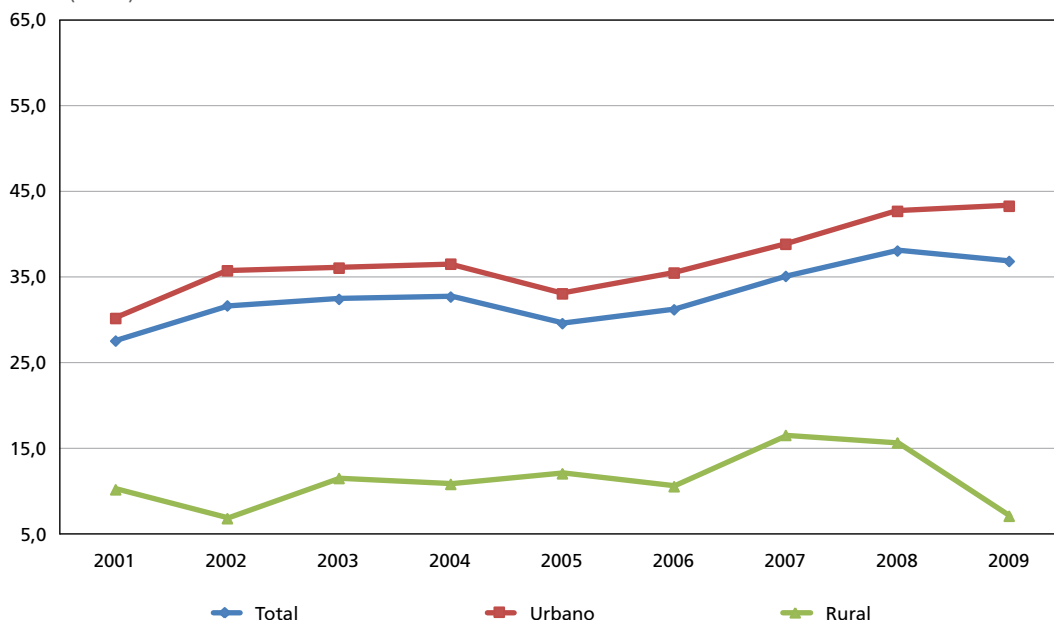


GRÁFICO 28
Esgotamento sanitário adequado – Ceará
 (Em %)



Apenas 7% da população rural cearense vivia em domicílios com esgotamento adequado, em 2009. Enquanto isso, na área urbana, 43,3% já tinham esgotamento adequado, contra uma média nacional de 66,9% e nordestina de 44,5%.

Com relação à energia elétrica, o Ceará encontra-se em melhor situação do que o Nordeste como um todo, atingindo, em 2009, a média brasileira. Este serviço está caminhando para a universalização, mas, na área rural do Ceará, 4% da população ainda está no escuro.

GRÁFICO 29
Acesso à energia elétrica

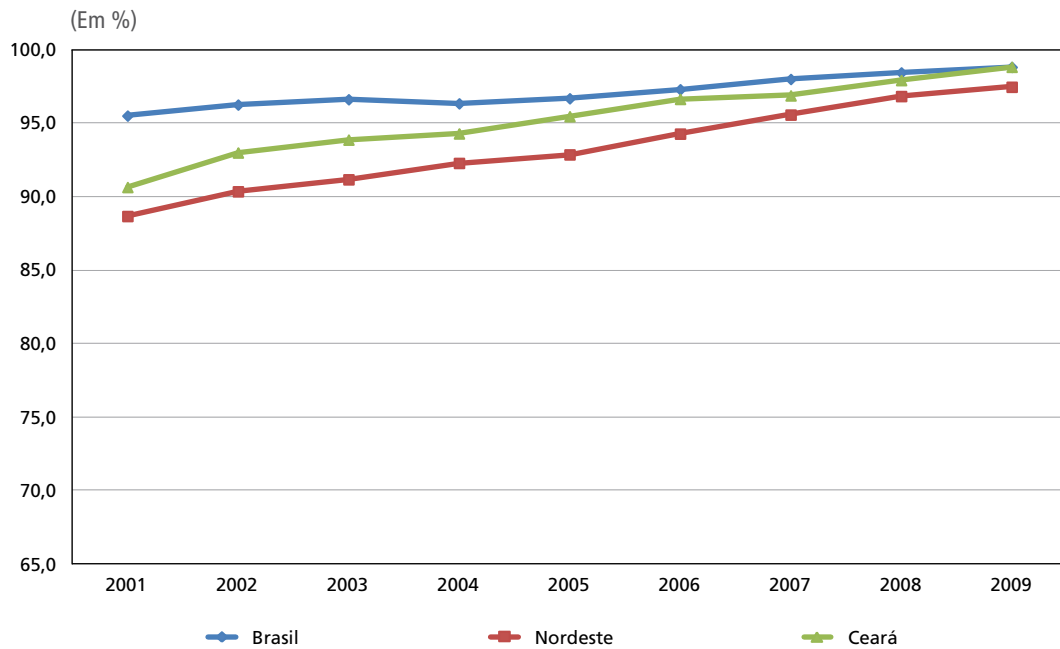
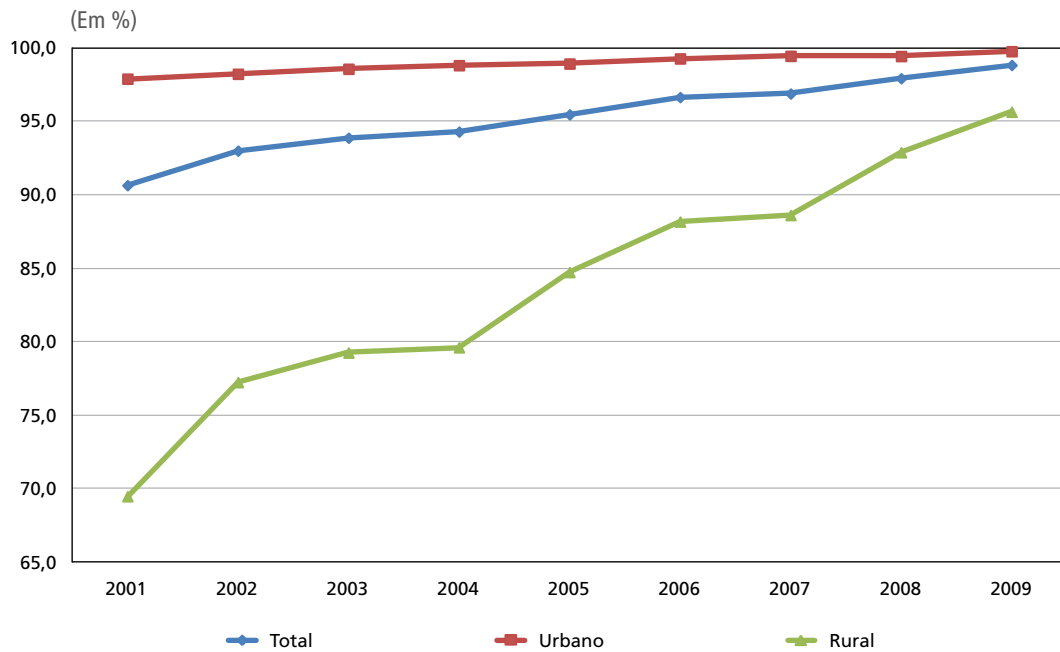


GRÁFICO 30
Acesso à energia elétrica – Ceará



CULTURA

Os indicadores selecionados de acesso a bens culturais mostram, em geral, diferenças expressivas entre a média nacional e a nordestina, revelando desigualdades regionais fortes nesses aspectos. No Ceará, as diferenças entre os espaços rurais e urbanos são ainda acentuadas.

O acesso a telefone celular no Brasil encontra-se em plena ascensão. Em 2001, a posse de celular, por pelo menos um morador do domicílio, atingia a cifra de 31%. Esta cobertura subiu para 81,1%, em 2009. As trajetórias do Nordeste e do Ceará seguem de perto a nacional, chegando, em 2009, à cobertura de 69,7% e 76,8%, respectivamente.

No Ceará, ainda há fortes desigualdades de cobertura entre as zonas urbanas e as rurais. No caso da população rural, apenas 54,4% dos domicílios dispõem de telefone celular. Os demais 45,6% ainda vivem, pois, uma restrição de comunicação.

GRÁFICO 31
Telefone celular no domicílio
(Em %)

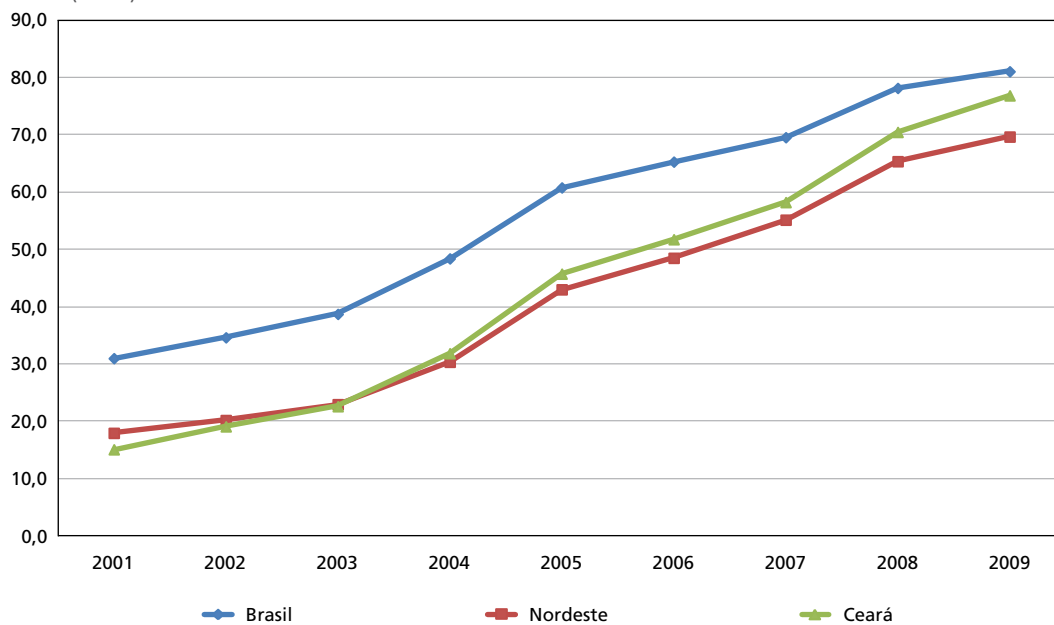
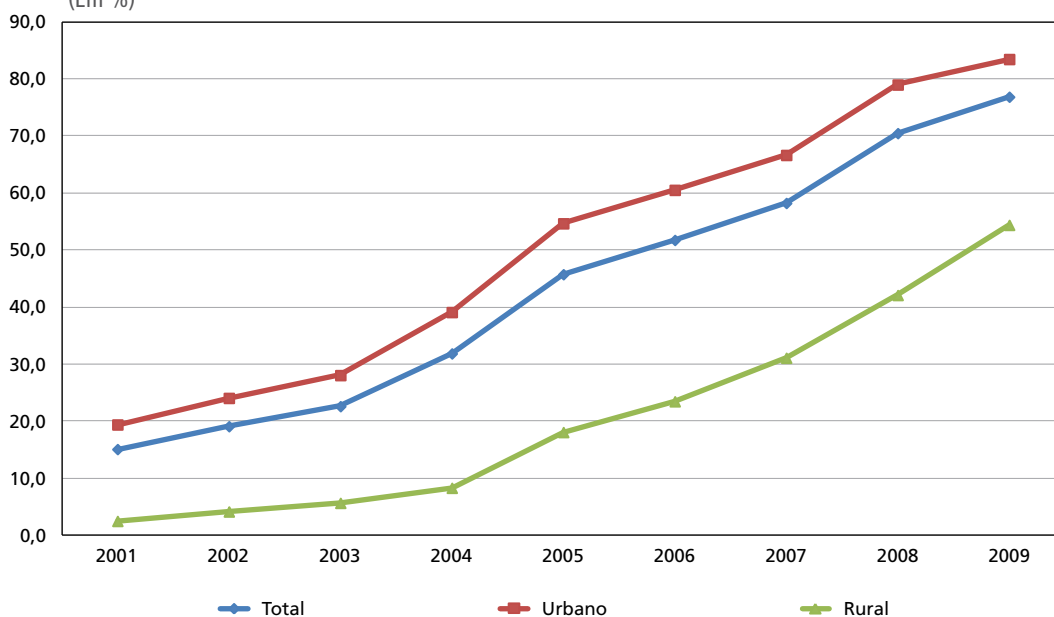


GRÁFICO 32
Telefone celular no domicílio – Ceará

(Em %)



Com relação ao acesso à internet, é plausível afirmar que esse item ainda pode ser considerado um “luxo”, mesmo em nível nacional, pois apenas 28,1% da população brasileira o possuíam em 2009. Apesar da velocidade de expansão do seu acesso nos últimos anos, a população rural está praticamente alijada desse processo. As diferenças regionais são intensas e, no Ceará, a internet no domicílio ainda é um evento raro, sendo a taxa de acesso de 15,9% para a população urbana e, para a rural, o acesso ainda é praticamente nulo.

GRÁFICO 33
Acesso à internet

(Em %)

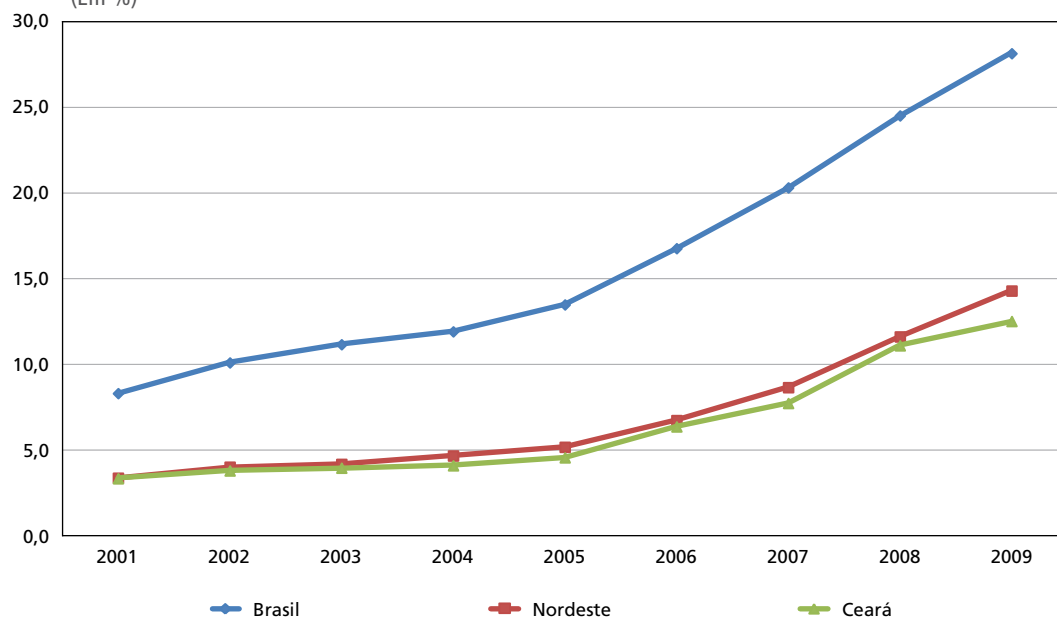
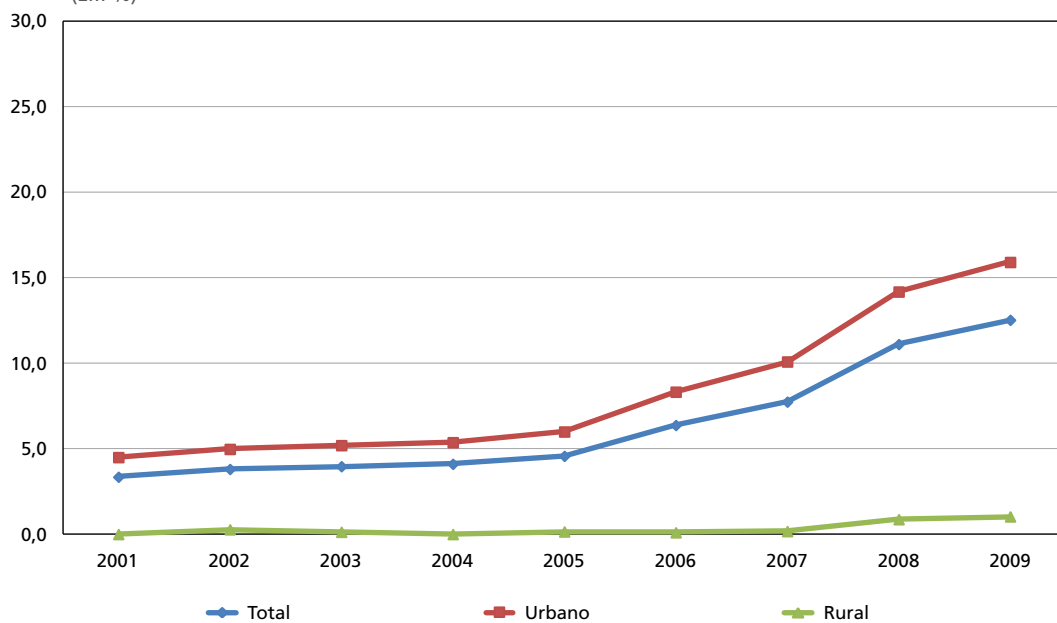


GRÁFICO 34
Acesso à internet – Ceará

(Em %)



OUTRAS PERSPECTIVAS

O texto anterior é uma leitura, entre tantas possíveis, da evolução das condições de vida das populações, por unidade da Federação (UF). Os anexos a seguir oferecem uma série de 34 indicadores para que o leitor criativo faça suas próprias análises. Fechamos aqui a nossa parte, abrindo oportunidade para a projeção de outras perspectivas.

ANEXOS

ANEXO 1

Dados estatísticos

TABELA 1
Indicadores de demografia

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009		
População residente	Brasil	Total	170.681.542	173.257.720	175.736.541	181.454.363	183.680.670	185.750.667	187.572.564	189.545.662	191.478.573		
		Urbano	143.176.178	145.756.534	148.091.222	150.546.852	151.991.829	154.585.253	156.393.725	158.774.197	160.781.907	160.781.907	
		Rural	27.505.364	27.501.186	27.645.319	30.907.511	31.688.841	31.165.414	31.178.839	30.771.465	30.771.465	30.696.666	
Nordeste	Ceará	Total	48.989.746	49.723.967	50.390.334	51.061.270	51.719.091	52.278.167	52.892.614	53.427.404	53.929.729	53.929.729	
		Urbano	34.532.139	35.109.936	35.716.965	36.527.468	36.606.503	37.360.073	37.959.327	38.685.748	39.225.077	39.225.077	
		Rural	14.457.607	14.614.031	14.673.369	14.533.802	15.112.588	14.918.094	14.933.287	14.741.656	14.741.656	14.704.652	
Taxa de fecundidade	Brasil	Total	7.657.951	7.786.272	7.916.133	8.037.857	8.149.069	8.261.629	8.366.271	8.460.048	8.560.980	8.560.980	
		Urbano	5.704.592	5.845.627	5.991.412	6.146.116	6.161.150	6.304.372	6.385.168	6.507.065	6.614.815	6.614.815	
		Rural	1.953.359	1.940.645	1.924.721	1.891.741	1.987.919	1.957.257	1.981.103	1.952.983	1.946.165	1.946.165	
Nordeste	Ceará	Total	2,22	2,15	2,08	2,05	2,01	1,95	1,90	-	-	-	
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ceará	Ceará	Total	2,55	2,45	2,36	2,29	2,23	2,17	2,12	-	-	-	
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(Continua)	Ceará	Total	2,67	2,55	2,43	2,32	2,22	2,14	2,07	-	-	-	
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(Continua)

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		Total	44,15	42,67	41,32	40,98	39,67	38,61	37,56	36,08	35,23
		Urbano	42,20	40,85	39,60	38,88	37,51	36,65	35,77	34,37	33,68
		Rural	55,24	53,16	51,30	52,16	51,00	49,20	47,33	45,68	44,00
Razão de dependência demográfica – jovens (0 a 15 anos)		Total	53,23	50,82	49,35	47,52	46,36	45,30	43,86	42,43	41,16
	Nordeste	Urbano	48,98	46,94	45,64	44,17	42,76	41,93	41,06	39,67	38,65
	Rural	64,43	61,03	59,24	56,66	55,85	54,48	51,50	50,22	48,34	
Ceará		Total	54,63	53,13	49,73	48,35	46,44	44,90	43,92	40,54	41,27
	Urbano	51,14	49,07	46,77	45,71	44,68	42,79	41,74	41,74	38,74	39,34
	Rural	65,83	66,84	59,73	57,65	52,20	52,11	51,44	51,44	46,90	48,28
Brasil		Total	13,04	13,31	13,58	13,68	13,77	14,12	14,47	15,09	15,33
		Urbano	12,62	12,98	13,27	13,43	13,60	13,86	14,18	14,83	15,07
		Rural	15,45	15,22	15,39	15,03	14,69	15,52	16,05	16,51	16,83
Razão de dependência demográfica – idosos (60 anos ou mais)		Total	13,41	13,48	13,72	13,73	13,51	13,99	14,16	14,49	14,76
	Nordeste	Urbano	12,52	12,84	13,06	13,11	13,03	13,42	13,40	13,65	13,98
	Rural	15,75	15,15	15,50	15,42	14,78	15,55	15,55	16,23	16,86	16,98
Ceará		Total	14,18	14,69	14,32	14,08	14,27	14,34	15,19	15,27	14,89
	Urbano	13,04	13,95	13,56	13,35	13,25	13,64	13,64	14,55	14,04	14,08
	Rural	17,81	17,17	16,89	16,63	17,57	16,73	16,73	17,40	19,59	17,86
Brasil		Total	145,462	130,676	149,170	157,737	153,349	204,824	131,968	130,435	195,953
	Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo migratório		Total	-175,216	-79,217	-93,958	-49,150	-5,752	-14,019	-47,372	-148,740	-164,482
	Nordeste	Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ceará		Total	13,386	66,464	25,349	24,765	51,175	43,455	5,114	15,861	-1,619
	Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Ripsa/MS.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.

TABELA 2
Indicadores de previdência e seguridade social

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		Total	77,42	77,71	77,99	77,41	78,19	76,75	76,17	77,21	77,37
		Urbano	75,76	76,16	76,26	75,83	76,69	75,15	74,76	75,47	75,56
		Rural	85,09	85,31	86,63	84,95	85,49	84,50	82,93	85,93	86,49
Cobertura da população idosa		Total	82,51	82,00	83,15	79,90	80,78	79,00	78,96	80,62	80,43
	Nordeste	Urbano	79,55	79,41	80,41	76,83	77,53	75,79	75,39	77,21	76,77
	Rural	88,73	87,78	89,30	87,02	88,34	86,54	87,01	88,41	89,03	
Ceará		Total	85,25	83,01	84,24	79,95	81,71	81,96	78,67	82,25	81,93
	Urbano	81,40	79,11	81,58	76,40	76,99	77,85	77,85	75,52	78,41	77,78
	Rural	94,28	93,69	91,48	89,96	93,31	93,48	93,48	87,75	91,94	93,74
Brasil		Total	43,39	42,79	43,48	43,99	44,59	46,22	48,02	49,80	50,48
	Urbano	48,77	48,03	48,60	49,54	50,11	51,54	53,24	53,24	54,83	55,29
	Rural	16,65	16,32	17,29	18,00	18,95	20,53	22,20	22,20	23,89	25,23
Proporção de contribuintes na população economicamente ativa (PEA)		Total	27,20	26,37	26,92	27,11	27,70	29,53	30,91	32,69	34,15
	Nordeste	35,16	34,02	34,43	34,41	35,08	37,24	38,59	40,19	41,38	41,38
	Rural	9,23	9,08	9,65	9,71	10,58	10,80	12,07	13,30	14,84	
Ceará		Total	25,10	25,88	25,11	26,32	26,50	27,61	29,66	30,64	32,65
	Urbano	31,59	32,40	31,31	33,01	32,84	34,10	36,13	37,02	38,66	
	Rural	6,98	6,76	6,54	5,89	7,86	7,57	9,69	9,61	12,85	
Brasil		Total	20,50	20,60	20,70	20,80	20,90	21,10	21,20	21,30	-
	Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Esperança de vida aos 60 anos		Total	19,50	19,60	19,70	19,80	20,00	20,10	20,20	20,30	-
	Nordeste	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ceará		Total	19,10	19,20	19,30	19,40	19,50	19,70	19,80	19,90	-
	Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(Continua)

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Brasil		Total	18,30	18,76	19,80	19,95	20,04	20,30	19,89	20,34	20,74	
		Urbano	17,96	18,39	19,43	19,57	19,57	19,71	19,71	19,14	19,64	20,01
		Rural	23,08	24,13	24,65	24,33	25,57	27,47	28,45	28,52	28,52	29,16
Transferências na renda (%)	Nordeste	Total	22,46	23,54	24,49	25,32	24,72	25,22	25,88	25,01	25,01	26,77
		Urbano	20,95	22,10	22,72	23,43	22,64	22,80	22,98	22,98	22,31	24,23
		Rural	31,62	32,59	34,82	36,80	36,57	40,27	41,95	40,61	40,61	41,90
Ceará		Total	23,79	25,15	24,45	26,24	25,10	26,15	27,36	25,76	25,76	26,16
		Urbano	21,31	23,06	22,06	24,01	21,69	23,29	24,38	24,38	22,65	23,48
		Rural	43,61	41,34	41,49	44,69	49,16	47,76	48,27	47,90	47,90	46,34

Fontes: PNADS, 2001-2009/IBGE e Ripsa/MS.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.

TABELA 3
Indicadores de pobreza e desigualdade

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Brasil		Total	10,54	9,48	10,87	8,86	7,51	6,33	6,18	5,13	5,16	
		Urbano	7,69	6,92	8,31	6,45	5,24	4,21	4,44	3,55	3,55	3,70
		Rural	25,36	22,94	24,55	20,48	18,31	16,73	14,85	13,11	13,11	12,64
Extrema pobreza	Nordeste	Total	21,66	20,12	22,70	18,83	16,35	14,13	13,43	11,09	11,09	10,99
		Urbano	15,73	14,71	17,26	14,05	11,63	9,13	9,53	7,32	7,32	7,45
		Rural	36,00	33,14	36,00	30,87	27,81	26,60	23,41	20,97	20,97	20,44
Ceará		Total	21,97	19,52	21,39	18,19	17,50	15,00	14,30	9,31	9,31	10,92
		Urbano	15,72	13,75	16,28	13,68	13,22	9,98	10,19	6,78	6,78	7,95
		Rural	40,63	37,33	37,35	32,80	31,17	31,11	27,55	17,67	17,67	20,98

(Continua)

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	Total		511,45	511,93	481,86	493,01	522,76	571,69	587,22	614,99	631,71
	Urbano		569,25	569,56	531,13	547,32	582,54	634,88	647,90	677,37	693,36
	Rural		210,23	207,77	218,79	231,09	237,55	260,98	285,18	297,80	314,25
Renda domiciliar per capita (R\$)	Total		278,24	283,46	264,29	283,95	298,81	339,23	349,58	375,31	395,48
	Urbano		337,51	346,19	317,90	340,55	358,62	408,96	412,12	441,57	465,50
	Rural		134,78	132,48	133,29	141,53	153,36	165,13	189,83	201,61	208,52
Ceará	Total		283,91	279,14	255,83	274,22	295,40	314,21	326,64	367,64	383,21
	Urbano		337,14	328,00	296,31	320,21	340,05	363,63	374,12	419,09	437,35
	Rural		125,03	128,49	129,30	125,33	152,64	155,57	173,46	197,71	199,47
Brasil	Total		59,44	58,79	58,15	57,04	56,75	56,08	55,40	54,41	54,01
	Urbano		58,16	57,64	57,11	55,97	55,68	55,02	54,33	53,38	53,16
	Rural		53,87	51,33	53,17	51,78	50,51	50,11	51,26	49,67	49,02
Índice de Gini	Total		59,99	59,48	58,45	58,23	57,05	57,24	56,49	55,68	55,68
	Urbano		59,64	59,48	58,50	58,42	56,96	56,90	56,13	55,23	55,45
	Rural		48,99	45,37	46,74	45,20	45,85	45,89	48,54	47,55	46,32
Ceará	Total		61,11	58,92	56,79	57,43	57,76	54,64	54,75	53,73	54,34
	Urbano		60,55	58,28	56,50	57,65	57,52	54,24	54,24	53,62	54,24
	Rural		50,16	48,49	47,04	40,98	48,77	44,22	47,40	44,18	44,06

Fonte: PNADs 2001-2009/IBGE.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/lpea.

TABELA 4
Indicadores de saúde

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		Total	26,30	24,90	23,90	22,60	21,40	20,70	20,00	-	-
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxa de mortalidade infantil	Nordeste	Total	39,30	36,90	34,80	32,70	31,20	29,80	28,70	-	-
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ceará	Total	35,00	32,80	30,80	28,90	27,10	25,60	24,40	-	-	
	Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Brasil		Total	101,40	105,70	108,40	100,20	96,40	98,90	94,30	-	-
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxa de homicídio masculina (15 a 29 anos)	Nordeste	Total	79,90	81,40	87,10	82,80	94,00	102,80	108,60	-	-
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ceará	Total	58,10	63,40	67,80	69,80	78,30	75,10	83,50	-	-	
	Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: Ripsa/MS.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.

TABELA 5
Indicadores de trabalho e renda

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	Total		9,2	9,0	9,6	8,8	9,1	8,3	8,0	7,0	8,2
	Urbano		10,5	10,2	11,0	10,1	10,5	9,4	9,0	7,9	9,1
	Rural		2,5	2,5	2,5	2,7	2,8	3,0	2,9	2,5	3,2
Taxa de desemprego	Total		8,9	8,3	8,9	9,0	9,1	8,4	8,3	7,5	8,9
	Urbano		11,8	11,2	11,8	11,9	11,9	10,8	10,6	9,4	11,0
	Rural		2,5	2,0	2,0	2,2	2,6	2,4	2,7	2,6	3,2
Ceará	Total		7,1	7,9	8,2	7,8	7,9	7,7	7,0	6,2	6,8
	Urbano		9,3	9,9	10,5	9,9	10,1	9,5	8,7	7,6	8,4
	Rural		1,3	2,1	1,6	1,2	1,6	1,9	1,5	1,7	1,8
Brasil	Total		1.039,4	1.009,0	937,1	932,5	971,8	1.041,9	1.075,1	1.090,5	1.116,4
	Urbano		1.124,2	1.089,4	1.004,0	1.000,7	1.047,1	1.119,7	1.147,4	1.162,1	1.189,0
	Rural		488,5	471,5	489,8	512,5	513,5	547,4	597,1	606,3	625,5
Rendimento médio do trabalho (R\$)	Total		623,5	604,2	558,2	578,2	600,3	672,3	687,3	722,7	743,6
	Urbano		728,3	707,9	647,9	668,9	695,7	781,8	782,5	815,9	844,9
	Rural		314,5	296,6	288,5	294,1	311,8	320,4	366,7	391,6	388,3
Ceará	Total		590,0	577,2	516,2	532,8	572,4	597,0	617,6	654,4	684,2
	Urbano		682,1	655,9	586,1	609,2	652,5	682,2	694,2	734,5	771,9
	Rural		238,1	265,9	245,5	224,3	250,6	254,3	292,1	306,7	313,1
Brasil	Total		68,1	68,9	68,9	69,6	70,4	70,1	69,6	69,6	69,7
	Urbano		66,7	67,5	67,6	68,1	68,9	68,8	68,6	68,7	68,9
	Rural		76,2	77,0	76,8	77,7	78,1	77,1	75,4	74,6	74,0
Taxa de participação	Total		66,7	67,5	67,8	68,5	69,3	68,5	67,9	68,1	67,5
	Urbano		63,7	64,6	65,0	65,9	66,8	66,4	65,9	66,5	66,3
	Rural		74,4	75,2	75,3	75,5	76,0	74,5	73,4	72,6	70,8
Ceará	Total		68,5	67,6	68,4	69,2	70,2	69,2	68,3	69,2	69,9
	Urbano		66,2	65,4	66,4	66,9	68,5	67,5	66,6	68,1	68,4
	Rural		75,9	75,2	75,2	77,1	75,9	75,0	74,2	72,9	75,0

Fonte: PNADs 2001-2009/IBGE.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.

TABELA 6
Indicadores de educação

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		Total	6,36	6,54	6,72	6,82	6,95	7,14	7,26	7,42	7,55
		Urbano	6,89	7,06	7,22	7,36	7,49	7,68	7,78	7,92	8,04
		Rural	3,42	3,62	3,83	3,98	4,14	4,30	4,47	4,64	4,78
Média de anos de estudos		Total	4,91	5,11	5,30	5,49	5,63	5,83	6,00	6,20	6,34
		Urbano	5,81	6,01	6,18	6,36	6,50	6,70	6,84	7,06	7,17
		Rural	2,56	2,78	2,98	3,12	3,35	3,49	3,71	3,81	3,98
Ceará		Total	4,97	5,28	5,41	5,65	5,78	6,04	6,23	6,38	6,53
		Urbano	5,72	5,95	6,08	6,33	6,48	6,67	6,86	7,06	7,16
		Rural	2,61	3,04	3,17	3,26	3,52	3,89	4,07	4,03	4,28
Brasil		Total	12,36	11,87	11,60	11,44	11,13	10,46	10,09	9,96	9,70
		Urbano	9,46	9,09	8,88	8,72	8,45	7,89	7,62	7,52	7,37
		Rural	28,72	27,72	27,25	25,88	25,10	24,28	23,41	23,53	22,77
Taxa de analfabetismo		Total	24,22	23,35	23,14	22,42	21,88	20,71	19,92	19,40	18,70
		Urbano	17,92	17,32	17,24	16,78	16,37	15,32	14,78	14,08	13,80
		Rural	40,70	39,11	38,75	37,71	36,33	35,25	33,80	34,32	32,62
Ceará		Total	24,81	22,67	22,74	21,78	22,62	20,64	19,18	19,06	18,56
		Urbano	19,14	17,69	17,96	17,08	17,72	16,57	15,05	14,95	14,80
		Rural	42,96	39,32	38,79	38,18	38,38	34,45	33,31	33,52	32,01
Brasil		Total	25,88	27,42	28,75	31,20	31,11	33,64	35,69	37,25	38,08
		Urbano	28,09	29,85	31,19	34,33	34,15	36,56	38,41	39,84	40,23
		Rural	16,19	16,42	17,56	18,76	19,30	21,96	24,03	26,02	28,39
Taxa de frequência à escola ou creche das crianças de 0 a 5 anos		Total	28,28	28,84	30,32	32,48	33,11	34,51	36,04	37,16	38,31
		Urbano	32,64	33,30	35,10	37,04	37,63	38,87	39,17	40,65	40,69
		Rural	19,66	19,44	20,31	22,77	23,82	25,43	28,65	29,10	32,65
Ceará		Total	36,53	35,77	37,08	37,71	40,02	42,13	41,09	43,95	43,12
		Urbano	37,16	37,41	39,07	39,88	41,65	42,77	42,03	42,92	42,32
		Rural	34,99	31,30	31,47	31,54	35,24	40,26	38,18	47,67	45,70

(Continua)

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	Total		85,16	85,74	86,03	86,37	86,89	87,71	89,41	90,07	91,09
	Urbano		85,54	85,98	86,38	86,68	87,22	87,96	89,58	90,28	91,28
	Rural		83,51	84,67	84,50	85,13	85,64	86,69	88,70	89,18	90,25
Taxa de frequência líquida à escola – ensino fundamental (6 a 14 anos)	Total		83,43	84,42	84,36	84,95	85,41	86,74	88,40	88,94	89,41
	Urbano		84,26	84,87	84,92	85,35	85,90	86,97	88,31	89,00	89,35
	Rural		81,78	83,52	83,22	84,10	84,42	86,25	88,60	88,82	89,53
Ceará	Total		84,81	85,31	84,59	86,48	86,21	88,66	91,43	91,92	93,52
	Urbano		84,69	84,68	83,92	85,78	86,21	88,84	91,27	91,93	93,20
	Rural		85,12	86,79	86,32	88,39	86,19	88,16	91,84	91,90	94,45
Brasil	Total		36,86	40,00	43,03	44,26	45,22	47,00	47,89	50,44	50,96
	Urbano		41,13	44,57	47,48	49,32	50,29	51,79	52,06	54,36	54,40
	Rural		17,01	18,51	21,68	22,02	24,58	26,78	30,60	33,31	35,69
Taxa de frequência líquida à escola – ensino médio (15 a 17 anos)	Total		20,48	22,76	25,54	27,93	30,07	33,15	34,49	36,37	39,20
	Urbano		26,16	29,03	32,07	34,96	37,37	40,60	40,29	41,73	44,19
	Rural		7,84	8,80	10,79	11,67	15,08	17,64	22,64	23,94	27,81
Ceará	Total		24,49	28,03	29,48	33,94	38,27	43,10	42,17	45,47	49,66
	Urbano		28,77	33,58	35,47	41,02	44,80	47,03	45,02	47,81	51,95
	Rural		11,49	12,69	13,60	13,46	21,85	31,73	34,92	38,31	43,08
Brasil	Total		10,24	11,19	12,14	12,35	13,13	14,58	15,46	16,19	17,51
	Urbano		11,72	12,81	13,90	14,40	15,20	16,80	17,68	18,39	19,68
	Rural		1,55	1,84	1,84	1,84	2,51	2,65	3,56	3,90	4,98
Proporção de jovens que frequentam a universidade ou estão formados (18 a 24 anos)	Total		5,46	5,57	6,29	6,54	6,81	7,87	8,55	9,25	10,58
	Urbano		7,19	7,41	8,35	8,85	9,03	10,32	11,04	11,93	13,30
	Rural		0,82	0,79	0,84	0,50	1,04	1,33	1,76	1,69	2,66
Ceará	Total		6,54	7,30	6,80	7,81	7,66	8,84	9,35	10,93	10,89
	Urbano		7,87	8,89	8,42	9,71	9,22	10,88	11,69	13,25	12,85
	Rural		1,98	1,86	1,26	0,85	2,20	1,99	1,35	1,88	3,43

Fonte: PNADs 2001-2009/IBGE.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/ipea.

TABELA 7
Indicadores de saneamento e habitação

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		Total	81,40	82,69	83,27	83,31	83,73	85,21	86,12	86,98	87,72
		Urbano	87,71	88,52	88,77	89,46	89,73	90,86	91,23	91,61	92,00
		Rural	48,53	51,79	53,82	53,32	54,94	57,22	60,48	63,10	65,31
Abastecimento adequado de água	Nordeste	Total	62,77	65,08	66,56	67,95	69,11	71,63	74,50	77,08	78,12
		Urbano	80,40	82,14	82,78	83,55	84,79	86,79	88,16	89,04	89,60
		Rural	20,65	24,10	27,08	28,75	31,12	33,65	39,79	43,06	47,49
Ceará	Total	62,74	64,82	68,06	70,36	69,76	72,59	76,71	77,45	77,45	80,86
	Urbano	79,27	79,50	82,64	83,80	82,85	84,81	87,74	87,70	88,84	
	Rural	14,47	20,65	22,67	26,69	29,21	33,24	41,15	43,30	53,73	
Brasil		Total	95,51	96,26	96,62	96,34	96,68	97,30	98,00	98,45	98,82
		Urbano	99,21	99,42	99,53	99,60	99,64	99,72	99,83	99,84	99,87
		Rural	76,24	79,48	81,02	80,46	82,53	85,27	88,83	91,24	93,29
Acesso à energia elétrica	Nordeste	Total	88,67	90,35	91,17	92,28	92,87	94,28	95,57	96,84	97,47
		Urbano	98,34	98,71	98,88	99,23	99,33	99,46	99,62	99,72	99,73
		Rural	65,59	70,28	72,39	74,83	77,21	81,29	85,29	89,27	91,42
Ceará	Total	90,64	92,99	93,87	94,29	95,46	96,64	97,92	98,83	99,76	99,76
	Urbano	97,89	98,23	98,57	98,81	98,92	99,27	99,45	99,43	99,43	
	Rural	69,47	77,23	79,25	79,60	84,73	88,17	88,61	92,88	95,64	
Brasil		Total	58,47	59,35	59,70	59,37	59,38	60,10	61,99	62,21	62,01
		Urbano	63,15	64,00	64,47	64,53	64,76	65,20	67,01	67,14	66,89
		Rural	21,50	23,75	24,25	25,21	24,95	26,89	30,20	30,51	30,83
Esgotamento sanitário adequado	Nordeste	Total	34,52	35,35	36,32	37,39	36,08	37,61	40,47	41,58	40,04
		Urbano	38,35	40,41	41,14	41,94	41,38	42,59	45,08	46,57	44,51
		Rural	15,43	12,05	15,28	17,18	14,36	16,96	22,84	22,29	23,21
Ceará	Total	27,56	31,66	32,42	32,69	29,59	31,21	35,10	38,06	36,85	
	Urbano	30,19	35,76	36,07	36,53	33,07	35,50	38,85	42,69	43,29	
	Rural	10,21	6,84	11,53	10,84	12,07	10,57	16,55	15,67	7,12	

(Continua)

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	Total		81,49	82,97	83,89	82,81	83,83	84,94	85,83	86,63	87,59
	Urbano		94,29	95,34	95,98	95,70	96,60	97,12	97,59	97,84	98,27
	Rural		14,85	17,38	19,09	20,04	22,56	24,55	26,82	28,78	31,65
Coleta de lixo	Total		64,23	65,92	67,85	67,39	69,35	70,57	71,71	73,49	74,62
	Urbano		87,64	89,45	91,26	90,03	92,29	92,97	93,89	94,99	95,40
	Rural		8,33	9,39	10,87	10,49	13,78	14,50	15,34	17,06	19,18
Ceará	Total		64,89	67,00	69,02	68,56	70,21	71,25	71,97	74,32	75,57
	Urbano		85,93	87,23	88,24	87,23	89,47	89,82	91,02	92,76	92,62
	Rural		3,43	6,08	9,19	7,89	10,50	11,42	10,55	12,86	17,59
Brasil	Total		36,07	37,68	39,09	39,01	39,42	40,76	43,08	43,93	44,22
	Urbano		42,24	43,89	45,30	45,76	46,26	47,48	49,81	50,54	50,58
	Rural		4,01	4,83	5,89	6,19	6,67	7,46	9,37	9,88	10,94
Proporção de domicílios adequados	Total		16,34	17,73	18,77	19,55	19,53	20,53	22,56	24,74	23,84
	Urbano		22,62	24,57	25,74	26,71	26,71	27,97	30,12	32,61	31,15
	Rural		1,45	1,40	1,91	1,63	2,22	1,98	3,44	4,14	4,38
Ceará	Total		13,18	16,70	16,64	17,20	16,02	17,85	19,19	22,45	23,19
	Urbano		17,75	22,28	21,89	22,48	20,97	23,29	24,96	28,66	29,74
	Rural		-	-	0,41	0,15	0,73	0,47	0,67	1,80	1,02

Fonte: PNADs 2001-2009/IBGE.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/lpea.

TABELA 8
Indicadores de cultura

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		Total	8,31	10,10	11,17	11,92	13,49	16,77	20,31	24,51	28,14
		Urbano	9,84	11,92	13,13	14,20	16,08	19,87	23,92	28,60	32,70
		Rural	0,39	0,45	0,66	0,77	1,06	1,36	2,22	3,41	4,25
Acesso à internet no domicílio		Total	3,38	4,02	4,19	4,68	5,18	6,74	8,66	11,62	14,30
	Nordeste	Urbano	4,78	5,63	5,83	6,49	7,25	9,33	11,87	15,71	19,19
		Rural	0,04	0,17	0,18	0,11	0,19	0,25	0,50	0,90	1,25
Ceará		Total	3,35	3,80	3,96	4,10	4,57	6,37	7,74	11,10	12,52
		Urbano	4,50	4,98	5,20	5,37	5,99	8,32	10,09	14,17	15,90
		Rural	0,00	0,28	0,13	0,00	0,15	0,10	0,17	0,87	1,03
Brasil		Total	12,46	14,05	15,10	16,17	18,42	22,17	27,07	32,26	36,00
		Urbano	14,63	16,41	17,60	19,08	21,71	26,00	31,45	37,04	41,23
		Rural	1,16	1,53	1,71	1,98	2,68	3,20	5,10	7,57	8,60
Existência de computador no domicílio		Total	5,06	5,53	5,89	6,50	7,61	9,53	12,08	15,78	18,56
	Nordeste	Urbano	7,02	7,72	8,17	8,99	10,50	13,03	16,32	21,09	24,61
		Rural	0,40	0,26	0,32	0,25	0,61	0,74	1,29	1,83	2,44
Ceará		Total	5,03	5,53	5,85	6,19	7,16	8,86	10,89	15,07	16,74
		Urbano	6,57	7,15	7,65	7,99	9,23	11,46	14,01	19,05	20,75
		Rural	0,56	0,68	0,27	0,32	0,75	0,47	0,83	1,80	3,10
Brasil		Total	50,20	51,69	49,74	47,57	46,72	45,47	44,21	43,57	42,34
		Urbano	58,52	59,83	57,42	55,60	54,69	52,83	51,26	50,27	48,77
		Rural	6,86	8,52	8,60	8,46	8,48	8,99	8,86	8,98	8,68
Existência de telefone fixo no domicílio		Total	30,44	29,73	27,48	26,76	24,99	24,10	23,35	22,62	22,28
	Nordeste	Urbano	42,33	41,02	37,70	36,35	34,26	32,56	31,35	29,95	29,47
		Rural	2,03	2,60	2,61	2,66	2,55	2,90	3,02	3,39	3,11
Ceará		Total	29,40	28,35	25,20	24,39	21,98	21,07	20,23	20,48	20,18
		Urbano	39,03	37,02	32,82	31,38	28,49	27,14	25,94	25,85	25,45
		Rural	1,22	2,24	1,49	1,68	1,80	1,55	1,80	2,60	2,28

(Continua)

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	Total		30,98	34,62	38,70	48,39	60,78	65,28	69,54	78,15	81,05
	Urbano		35,07	38,75	43,08	54,21	67,49	71,54	75,54	83,61	86,12
	Rural		9,71	12,69	15,30	20,03	28,58	34,25	39,44	49,94	54,49
Existência de telefone celular no domicílio	Total		17,94	20,18	22,95	30,35	43,00	48,49	55,15	65,36	69,66
	Urbano		24,02	26,76	30,02	39,25	54,56	60,13	66,27	76,12	80,00
	Rural		3,43	4,37	5,75	7,97	14,99	19,35	26,86	37,10	42,07
Ceará	Total		15,07	19,08	22,59	31,85	45,73	51,74	58,22	70,47	76,85
	Urbano		19,39	24,04	28,04	39,10	54,66	60,52	66,64	78,99	83,46
	Rural		2,47	4,13	5,64	8,28	18,06	23,45	31,08	42,08	54,38
Brasil	Total		89,24	90,27	90,51	90,47	91,53	93,35	94,94	95,78	96,26
	Urbano		93,89	94,38	94,45	94,83	95,81	96,77	97,64	97,95	98,09
	Rural		65,03	68,51	69,39	69,25	71,00	76,40	81,35	84,61	86,69
Existência de televisão no domicílio	Total		79,27	81,19	81,43	82,58	84,17	88,00	90,92	92,96	93,82
	Urbano		90,18	90,62	90,62	91,08	92,97	95,09	96,52	97,34	97,57
	Rural		53,21	58,54	59,05	61,19	62,86	70,23	76,69	81,46	83,81
Ceará	Total		82,92	85,00	85,16	85,76	87,63	91,39	92,95	94,87	95,27
	Urbano		90,19	90,97	90,50	90,78	92,49	94,97	96,08	97,20	97,20
	Rural		61,72	67,04	68,54	69,45	72,57	79,83	82,87	87,12	88,68
Brasil	Total		88,31	88,14	88,04	87,98	88,28	88,04	88,34	89,16	88,12
	Urbano		89,33	89,21	88,84	89,31	89,56	89,18	89,27	90,19	89,25
	Rural		82,96	82,44	83,75	81,53	82,11	82,40	83,66	83,86	82,18
Existência de rádio no domicílio	Total		81,88	80,96	81,27	81,59	82,08	81,67	82,89	83,20	82,51
	Urbano		83,42	82,77	82,53	83,14	83,52	82,88	83,76	84,50	84,38
	Rural		78,22	76,61	78,20	77,70	78,59	78,64	80,67	79,77	77,53
Ceará	Total		83,87	84,34	83,12	83,18	84,16	83,33	84,70	86,05	83,86
	Urbano		84,29	84,34	83,35	83,39	84,13	83,54	84,67	86,45	84,29
	Rural		82,65	84,34	82,41	82,50	84,28	82,64	84,78	84,73	82,37

Fonte: PNADs 2001-2009/IBGE.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/lpea.

ANEXO 2

Glossário de indicadores – informações por estados

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- Para construção dos indicadores, foram utilizadas as fontes Ripsa/MS e PNAD/IBGE.
- Todos os indicadores com fonte PNAD/IBGE foram elaborados para a população residente em domicílios particulares permanentes.
- O critério utilizado para a classificação da população em urbana e rural para indicadores com fonte PNAD/IBGE é o mesmo para a classificação da situação do domicílio. Como situação urbana, consideram-se as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites.
- Pessoas ocupadas: foram classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte desse período ou que não exerceram o trabalho remunerado que tinham na semana de referência por motivo de férias, licença, greve etc.
- Pessoas desocupadas: foram classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva de procura de trabalho nesse período.
- PEA: as pessoas economicamente ativas na semana de referência compuseram-se das pessoas ocupadas e desocupadas nesse período.
- População não economicamente ativa: as pessoas não economicamente ativas na semana de referência compuseram-se das pessoas que não foram classificadas como ocupadas nem como desocupadas nesse período.

DEMOGRAFIA

População residente – PNAD/IBGE

Total de pessoas que tem a unidade domiciliar como local de residência habitual e estão presentes na data da entrevista, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

Taxa de fecundidade – Ripsa/MS

Número médio de filhos nascidos vivos, tidos por mulher ao fim do seu período reprodutivo, em determinado espaço geográfico.

A taxa é estimada para um ano no calendário determinado, a partir de informações retrospectivas obtidas em censos e inquéritos demográficos.

Método de cálculo:

- A taxa de fecundidade total é obtida pelo somatório das taxas específicas de fecundidade para cada idade das mulheres residentes de 15 a 49 anos.
- As taxas específicas de fecundidade expressam o número de filhos nascidos vivos tidos por mulher, por ano das faixas etárias de 15-19, 20-24, 25-29, 30-34, 35-39, 40-44 e 45-49 anos. Essas taxas são estimadas por meio de metodologias demográficas sofisticadas, geralmente aplicadas a dados censitários e a pesquisas domiciliares.

Podem-se encontrar mais informações no *link*: <<http://www.ripsa.org.br/fichasIDB/record.php?node=a.5&lang=pt&version=ed4>>.

Razão de dependência demográfica – jovens (0 a 15 anos) – PNAD/IBGE

Razão entre o total de pessoas com 0 a 15 anos de idade e o total de pessoas com 16 anos ou mais de idade.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 0 a 15 anos de idade}}{\text{População de 16 anos ou mais de idade}} \times 100$$

Razão de dependência demográfica – idosos (60 anos ou mais) – PNAD/IBGE

Razão entre o total de pessoas com 60 anos ou mais de idade e o total de pessoas com 16 anos ou mais de idade.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 60 anos ou mais de idade}}{\text{População de 16 anos ou mais de idade}} \times 100$$

Saldo migratório – PNAD/IBGE

É o saldo entre imigrantes (número de pessoas que entrou) e emigrantes (número de pessoas que saiu) de uma determinada unidade geográfica nos últimos cinco anos.

Método de cálculo:

$$\text{Saldo} = \text{imigrantes} - \text{emigrantes}$$

PREVIDÊNCIA E SEGURIDADE

Cobertura da população idosa – PNAD/IBGE

Proporção (em porcentagem) de idosos com 60 anos ou mais de idade que recebem aposentadoria e/ou pensão de instituto de previdência federal (Instituto Nacional do Seguro Social – INSS), estadual ou municipal ou do governo federal na semana de referência. Para se obter esse dado de cobertura, elimina-se a dupla contagem naqueles casos em que a mesma pessoa recebe aposentadoria e pensão.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 60 anos ou mais de idade que recebe aposentadoria e/ou pensão}}{\text{População de 60 anos ou mais de idade}} \times 100$$

Proporção de contribuintes na população economicamente ativa – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas economicamente ativas que contribuem para a previdência.

São consideradas as pessoas de 16 anos ou mais que fazem contribuição para instituto de previdência em qualquer trabalho na semana de referência, empregados com carteira de trabalho assinada, militares, funcionários públicos estatutários, trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada, além de pessoas que possuíam trabalho secundário da semana de referência, como militar do Exército, da Marinha de Guerra ou da Aeronáutica, funcionários públicos estatutários ou que tinham carteira de trabalho assinada nesse trabalho secundário.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{PEA que contribui para previdência}}{\text{PEA}} \times 100$$

Esperança de vida aos 60 anos – PNAD/IBGE

Número médio de anos adicionais de vida que se espera para um sobrevivente de 60 anos, mantido o padrão de mortalidade existente, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Método de cálculo: a partir de tábuas de vida elaboradas para cada área geográfica, com base no método atuarial, toma-se o número de indivíduos de uma geração inicial de nascimentos que completou 60 anos de idade (l_{60}). Determina-se, a seguir, o tempo cumulativo vivido por essa mesma geração, desde os 60 anos até a idade limite (T_{60}). A esperança de vida ao nascer é o quociente da divisão de T_{60} por l_{60} .

Podem-se encontrar mais informações no *link*: <<http://www.ripsa.org.br/fichasIDB/record.php?node=a.12&lang=pt&version=ed4>>.

Percentual das transferências na renda – PNAD/IBGE

Percentual do rendimento de todas as fontes provenientes de programas de transferência de renda. Fazem parte dos programas de transferência de renda: rendimento de aposentadoria de instituto de previdência ou do governo federal, rendimento de pensão de instituto de previdência ou do governo federal, rendimento de abono de permanência – e juros de caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos, programas sociais e outros rendimentos –, que recebia, normalmente, no mês de referência.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{Soma do rendimento proveniente de programas de transferência de renda}}{\text{Soma do rendimento de todas as fontes}} \times 100$$

POBREZA E DESIGUALDADE

Extrema pobreza – PNAD/IBGE

A pobreza é vista como uma condição de insuficiência de renda. Para o cálculo desse indicador, utilizou-se a renda domiciliar *per capita* como referência para a aferição de pobreza na população brasileira. Definiu-se como extremamente pobre a população com renda domiciliar *per capita* (RDPC) abaixo de R\$ 67,07 em 2009, calculando-se assim o percentual de pessoas que vivem nesta situação. Os valores foram deflacionados pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) e estão apresentados a preços de 2009.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População extremamente pobre}}{\text{População total}} \times 100$$

Renda domiciliar *per capita* – PNAD/IBGE

É a soma dos rendimentos de todas as fontes de todos os moradores do domicílio dividida pelo número de moradores do domicílio. Os pensionistas – locatários de cômodos ou vagas em domicílios –, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos são excluídos do cálculo.

Para o cálculo da renda média de acordo com categorias selecionadas, é feita média das rendas domiciliares *per capita* das pessoas residentes nas categorias selecionadas.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{Soma das rendas domiciliares } per\ capita}{\text{Populao total}}$$

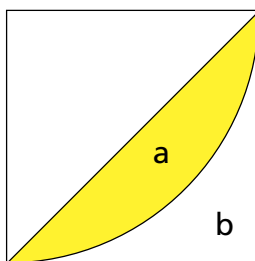
em que a renda domiciliar *per capita* :

$$\frac{\text{Soma da renda dos moradores de determinado domicílio}}{\text{Número de moradores no domicílio}}$$

ndice de Gini – PNAD/IBGE

É comumente utilizado para calcular a desigualdade na distribuo de rendimento, mas pode ser usado para qualquer distribuo. Ele consiste em um número entre 0 e 1, em que 0 corresponde à completa igualdade de rendimento (em que todos têm o mesmo rendimento) e 1 corresponde à completa desigualdade (em que uma pessoa tem todo o rendimento, e as demais nada têm). O ndice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais ( igual ao coeficiente multiplicado por 100).

Calcula-se o Coeficiente de Gini como uma razão das áreas no diagrama da curva de Lorenz. Se a área entre a linha de perfeita igualdade e a curva de Lorenz é *a*, e a área abaixo da curva de Lorenz  *b*, então o Coeficiente de Gini é $a/(a+b)$. Esta razão se expressa como porcentagem ou como equivalente numérico dessa porcentagem, que é sempre um número entre 0 e 1.



O Coeficiente de Gini pode ser calculado com a fórmula de Brown, que é mais prática:

$$G = \left| 1 - \sum_{K=0}^{K=n-1} (X_{K+1} - X_K) (Y_{K+1} - Y_K) \right|$$

em que:

G = Coeficiente de Gini

X = proporção acumulada da variável “população”

Y = proporção acumulada da variável “renda”

Se existe perfeita igualdade, então todos têm a mesma renda e pode-se escolher quaisquer dois indivíduos para colocar na fórmula que dará o mesmo resultado. Escolhendo-se o primeiro e o último indivíduo, então $(X_{k+1} - X_k = 1)$ e $(Y_{k+1} - Y_k = 1)$, e G fica igual a 0. No caso de desigualdade máxima, apenas um indivíduo detém toda a renda do país, quaisquer indivíduos escolhidos dará $(Y_{k+1} - Y_k = 0)$, e G fica igual a 1. Esta soma é, então, sempre um número entre 0 e 1.

SAÚDE

Taxa de mortalidade infantil – Ripsa/MS

Número de óbitos de menores de 1 ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Método de cálculo:

Direto:

$$\frac{\text{Número de óbitos de residentes com menos de 1 ano de idade}}{\text{Número de nascidos vivos de mães residentes}} \times 1.000$$

Indireto: estimativa por técnicas demográficas especiais. Os dados provenientes desse método têm sido adotados para os estados que apresentam cobertura do Sinasc inferior a 90% ou que não atingem o valor de 80% de um índice composto, especialmente criado, que combina a cobertura de óbitos infantis com a regularidade do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Podem-se encontrar mais informações no *link*: <<http://www.ripsa.org.br/fichas/IDB/record.php?node=c.1&lang=pt&version=ed4>>.

Taxa de homicídio masculina (15 a 29 anos) – Ripsa/MS

A taxa de homicídio masculina faz parte da taxa de mortalidade específica por causas externas, que é o número de óbitos por causas externas, no caso, homicídios, por 100 mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{Número de óbitos de homens jovens por homicídios}}{\text{População de homens jovens ajustada ao meio do ano}} \times 1.000$$

Podem-se encontrar mais informações no *link*: <<http://www.ripsa.org.br/fichas/IDB/record.php?node=c.9&lang=pt&version=ed4>>.

TRABALHO E RENDA

Taxa de desemprego – PNAD/IBGE

Percentual da população residente economicamente ativa que se encontra sem trabalho na semana de referência.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População desocupada de 16 anos ou mais}}{\text{PEA de 16 anos ou mais}} \times 100$$

Rendimento médio do trabalho – PNAD/IBGE

É a média do rendimento mensal de todos os trabalhos para pessoas de 16 anos ou mais de idade. Consideraram-se apenas os ocupados com renda maior do que zero.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{Soma do rendimento mensal de todos os trabalhos da população de 16 anos ou mais}}{\text{População ocupada de 16 anos ou mais, com rendimento maior do que zero}}$$

Taxa de participação – PNAD/IBGE

É o percentual das pessoas economicamente ativas em relação ao total de pessoas.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{PEA de 16 anos ou mais}}{\text{População de 16 anos ou mais}} \times 100$$

EDUCAÇÃO

Média de anos de estudos – PNAD/IBGE

A média de anos de estudos fornece a média de séries concluídas com aprovação por uma determinada população.

Os anos de estudos, ou grau de instrução, foram obtidos a partir da série e do grau que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado, considerando a última série concluída com aprovação. Cada série concluída com aprovação está relacionada a um ano de estudo.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{Soma dos anos de estudo da população de 15 anos ou mais}}{\text{População de 15 anos ou mais}}$$

Taxa de analfabetismo – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas analfabetas, ou seja, que não sabem ler e escrever. Considerou-se como alfabetizada a pessoa de 15 anos ou mais de idade capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População que não sabe ler e escrever de 15 anos ou mais}}{\text{População de 15 anos ou mais}} \times 100$$

Taxa de frequência à escola ou creche das crianças de 0 a 5 anos – PNAD/IBGE

Identifica a parcela da população na faixa etária de 0 a 5 anos que frequenta escola ou creche.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 0 a 5 anos que frequenta escola ou creche}}{\text{População de 0 a 5 anos}} \times 100$$

Taxa de frequência líquida à escola – ensino fundamental (6 a 14 anos) – PNAD/IBGE

Identifica a parcela da população na faixa etária de 6 a 14 anos que está no nível de ensino adequado a essa faixa etária, ou seja, ensino fundamental.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 6 a 14 anos que frequenta o ensino fundamental}}{\text{População de 6 a 14 anos}} \times 100$$

Taxa de frequência líquida à escola – ensino médio (15 a 17 anos) – PNAD/IBGE

Identifica a parcela da população na faixa etária de 15 a 17 anos que está no nível de ensino adequado a essa faixa etária, ou seja, ensino médio.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio}}{\text{População de 15 a 17 anos}} \times 100$$

Proporção de jovens que frequentam a universidade ou estão formados (18 a 24 anos) – PNAD/IBGE

Identifica a parcela da população na faixa etária de 18 a 24 anos que frequenta a universidade ou já está formada.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 18 a 24 anos que frequenta ou já concluiu ensino superior, ou frequenta ou já frequentou mestrado ou doutorado}}{\text{População de 18 a 24 anos}} \times 100$$

SANEAMENTO E HABITAÇÃO**Abastecimento adequado de água – PNAD/IBGE**

Proporção da população residente em domicílios com abastecimento adequado de água.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios em que a proveniência da água é de rede geral de distribuição para área urbana, ou de rede geral, poço ou nascente para área rural}}{\text{População total}} \times 100$$

Acesso à energia elétrica – PNAD/IBGE

Proporção da população residente em domicílios com acesso à energia elétrica.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios cuja forma de iluminação é elétrica}}{\text{População total}} \times 100$$

Esgotamento sanitário adequado – PNAD/IBGE

Proporção da população residente em domicílios cobertos com serviços de esgotamento sanitário adequados.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios servidos por rede coletora ou fossa séptica ligada a rede coletora para área urbana, ou servidos por rede coletora, fossa séptica ligada a rede coletora ou fossa séptica não ligada a rede coletora para área rural}}{\text{População total}} \times 100$$

Coleta de lixo – PNAD/IBGE

Proporção da população residente em domicílios atendidos por serviços adequados de coleta de lixo.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente atendida, direta ou indiretamente, por serviço regular de coleta de lixo no domicílio}}{\text{População total}} \times 100$$

Domicílios adequados – PNAD/IBGE

Proporção da população residente em domicílios considerados adequados.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo adequados, e que têm até dois moradores por dormitório}}{\text{População total}} \times 100$$

CULTURA**Acesso à internet no domicílio – PNAD/IBGE**

Percentual de pessoas residentes em domicílios com acesso à internet.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com acesso à internet}}{\text{População total}} \times 100$$

Existência de computador no domicílio – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas residentes em domicílios com computador.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com computador}}{\text{População total}} \times 100$$

Existência de telefone fixo no domicílio – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas residentes em domicílios com telefone fixo.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com telefone fixo}}{\text{População total}} \times 100$$

Existência de telefone celular no domicílio – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas residentes em domicílios em que pelo menos um morador possui celular.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com celular}}{\text{População total}} \times 100$$

Existência de televisão no domicílio – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas residentes em domicílios com televisão.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com televisão}}{\text{População total}} \times 100$$

Existência de rádio no domicílio – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas residentes em domicílios com rádio.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com rádio}}{\text{População total}} \times 100$$

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Njobs Comunicação

Supervisão

Cida Taboza

Inara Vieira

Thayse Lamera

Revisão

Ângela de Oliveira

Cristiana de Sousa da Silva

Lizandra Deusdarã Felipe

Regina Marta de Aguiar

Editoração

Jonatas Bonach

Capa

Jonatas Bonach

Projeto gráfico

Anderson Reis

Jonatas Bonach

Livraria do Ipea

SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo.

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Tiragem: 500 exemplares

Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.



SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

